



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 029 SÁBADO, 14 DE MARÇO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13,41) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,29)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Walter Pinheiro (31,34) Telmário Mota (4,30) José Pimentel (37)</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,29)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (35) Walter Pinheiro (31,34) Lindbergh Farias (33) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (36)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (21,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 28ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.....	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	5
1.2.1.1 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (Ofício nº 59/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	5
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014 (Ofício nº 59/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	5
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 62/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	5
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 63/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	5
1.2.2 – Comunicação da Presidência	
Adoção, pela Srª Presidente da República, em 10 de março de 2015, e publicação, no dia subsequente, da Medida Provisória nº 670/2015, que altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 54/2015-DEM/CD e 139/2015-PT/CD)	6
1.2.3 – Oradores	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexões sobre a descrença da população em relação aos políticos do País e sobre a crise política brasileira; e outros assuntos	8
SENADOR JORGE VIANA – Indignação com a inclusão do nome do Governador Tião Viana em lista encaminhada pelo Procurador-Geral da República ao STF com vistas à abertura de inquérito; e outro assunto	14
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Críticas à postura do Governo Federal em lidar com a crise político-econômica enfrentada pelo País; e outros assuntos	19
1.2.4 – Comunicações	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar diversas Comissões (Ofícios nºs 57, 56 e 58/2015). <i>Designação do Senador Antonio Anastasia, como suplente, para compor as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 664 e 665/2014; e 668/2015</i>	22
1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Insatisfação com o financiamento empresarial de campanhas políticas; e outros assuntos.....	23
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres; e outro assunto	29
1.3 – ENCERRAMENTO.....	35
2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	35
SENADO FEDERAL	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	36
Bancadas dos Partidos	37
Por ordem alfabética	38
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	39
5 – LIDERANÇAS	40
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	41

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	46
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	49
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	50
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	52
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	55
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	57
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	59
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	62
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	65
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	67
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	69
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	70

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	71
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	72
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	73
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	73
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	73
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	74
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	75
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	76
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	77
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	78
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015) ..	79
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	80
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	81

CONGRESSO NACIONAL**9 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	82
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	88
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	88
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	89
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Re- solução nº 2/2014)	89
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	90

10 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	93
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	94
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	95

Ata da 28ª Sessão, Não Deliberativa, em 13 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Cristovam Buarque,
José Medeiros e Wellington Fagundes.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 31 minutos e encerra-se às 12 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

COMUNICAÇÕES

Brasília, 12 de março de 2015

Assunto: Indicação para compor Comissão Especial da MPV 660/2014.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP/AM) para integrar como titular a Comissão Mista da Medida Provisória nº 660, de 2014, em substituição ao DEPUTADO EDUARDO DA FONTE (PP/PE).

Atenciosamente, – Deputado **Leonardo Picciani**, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 59/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador FLEXA RIBEIRO para integrar, como titular, em substituição ao Senador CÁSSIO CUNHA LIMA, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 665, de 2014.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 62/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador ANTONIO ANASTASIA, para integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador PAULO BAUER.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 63/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador CÁSSIO CUNHA LIMA, para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador ANTONIO ANASTASIA.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(será feita a substituição solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de passar a palavra para o primeiro orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque, que permuta comigo, sendo que vou fazer um pronunciamento logo após o Senador Cristovam Buarque – está aqui, também, o José Medeiros, nosso Senador do Mato Grosso –, eu queria fazer a leitura de expediente que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Senhora Presidente da República adotou em 10 de março de 2015 e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, no *Diário Oficial da União*, a **Medida Provisória nº 670, de 2015**, que altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

O calendário de tramitação da medida provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em Avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB/PSD)	
Eunício Oliveira	1.
Omar Aziz	2.
Sérgio Petecão	3.
	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP)	
Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Benedito de Lira	3. Lindbergh Farias
Paulo Rocha	4. Fátima Bezerra
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2.
Ronaldo Caiado	3. José Agripino
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB)	
João Capiberibe	1. José Medeiros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Fernando Collor	1. Blairo Maggi

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN	
Leonardo Picciani	1. Arnaldo Faria de Sá
Jovair Arantes	2. Josué Bengtson
Wilson Filho	3. Ronaldo Nogueira
Antonio Brito	4. Baleia Rossi
PT	
Afonso Florence	1. Angelim
Vicente Cândido	2. Erika Kokay
PSDB	
Carlos Sampaio	1. Nilson Leitão
Bloco PRB / PTN / PMN / PRP / PSDC / PRTB / PTC / PSL / PTdoB	

Celso Russomanno PSD	1. César Halum
Rogério Rosso PR	1. Paulo Magalhães
Maurício Quintella Lessa PSB	1. Wellington Roberto
Fernando Coelho Filho DEM	1. Paulo Foletto
Mendonça Filho PDT*	1. Pauderney Avelino
André Figueiredo	1. Weverton Rocha

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no *DOU*: **11/03/2015**
- Designação da Comissão: **13/03/2015**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 17/03/2015 (6 dias após a publicação)**
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – *DOU* de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: **até 07/04/2015(até o 28º dia)**
- Recebimento previsto no SF: **07/04/2015**
- Prazo no SF: **de 08/04/2015 a 21/04/2015 (42º dia)**
- Se modificado, devolução à CD: **21/04/2015**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 22/04/2015 a 24/04/2015 (43º ao 45º dia)**
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **25/04/2015 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **09/05/2015**

São os seguintes os ofícios das lideranças:

Ofício nº 54-L-Democratas/15

Brasília, 11 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que integrarei, com membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 670, de 10 de março de 2015, que “Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995”.

Para integrar, como membro suplente, indico o Deputado PAUDERNEY AVELINO, em vagas existentes.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

OF nº 139/GAB-LidPT

Brasília – DF, 11 de março de 2015

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titulares os Deputados AFONSO FLORENCE (PT/BA) e VICENTE CÂNDIDO (PT/SP) e como membros suplentes o Deputado ANGELIM (PT/AC) e a Deputada ÉRIKA KOKAY (PT/DF), na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 670, de 10 de março de 2015, que “Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995”.

Atenciosamente, – Deputado **Sibá Machado** - PT/AC, Líder da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vale dizer que essa medida provisória é fruto de um entendimento e vai fazer um escalonamento na correção do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Eu cumprimento o Senador José Medeiros e o Senador Cristovam.

Eu era o primeiro orador inscrito, mas pedi ao Senador Cristovam que fizesse uso da tribuna, em permuta comigo, para que, logo em seguida, eu possa fazer um pronunciamento. Inclusive, adianto aqui que vou fazer referência à citação do nome do Governador do Acre, Tião Viana, nessa operação, nessa sujeira que envergonha o País, chamada Lava Jato. Como a grande maioria dos brasileiros, sou defensor intransigente de que se apure toda e qualquer corrupção. Só não podemos cometer um grave equívoco, que é incluir o nome de pessoas inocentes nesse mar de lama. O Governador Tião Viana confia na Justiça e vai provar, deixar bem claro que não tem absolutamente nada com esse processo.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque como primeiro orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, creio, Senador Viana, que o senhor vai perceber que faz sentido, quando digo que nós que fazemos política não devemos ter medo de sermos incompreendidos e de dizer o que pensamos, mesmo que a reação, lá fora, da população e dos amigos seja: “Caramba, que posição é essa, diferente daquela a que estou acostumado?” A gente não tem de ter medo disso. A gente não tem de ter medo de perder eleição. A gente não tem de ter medo nem de ser preso, porque, de repente, surge uma ditadura que manda a gente para a cadeia. A gente não tem de ter medo nem de ser morto.

Agora, há uma coisa de que acho que político sério deve ter medo: é de que, daqui a 10, 20, 30, 50 anos, quando a história for escrita, digam que ele não estava à altura do momento que seu país vivia. Eu temo hoje, Senador Medeiros, que a história vá dizer isso de nós, se não conseguirmos, nos próximos meses, no máximo, fazer aquilo que o Brasil espera de nós.

Este é o medo que deve estar dentro de cada um, que eu lamento que não esteja, o medo do que a história vai dizer: “Esses caras não estavam à altura do que a história exigia do País deles; receberam seus votos, foram escolhidos como líderes e não deram a resposta devida”.

Eu temo muito hoje isso. E temo por quê? Primeiro, o Brasil está em transe. É triste que alguns não percebam que nós não estamos mais apenas numa crise, nós estamos num transe. Basta ver o noticiário.

Basta ver o noticiário, quando fala, hoje de manhã, que jovens estudantes, que se acostumaram com a grande coisa nova neste País que é entrar na universidade e entrar, já que a estatal não é suficiente, nas particulares com financiamento, não sabem se vão ter o financiamento.

Este País está em transe, porque, ontem ou anteontem, um aluno matou um professor por ter tirado uma nota baixa.

Nós estamos em transe, porque as ruas estão paradas por manifestações: hoje da CUT e do MST; domingo, provavelmente, de manifestantes. As manifestações, que são uma maravilhosa atividade que a democracia permite, não deixam de manifestar um país em transe, porque, num país que está na sua plenitude da normalidade, você elege o candidato no dia da eleição e vai para casa esperar quatro anos depois. Hoje, o Brasil está angustiado e não quer esperar, vai para as ruas se manifestar.

Nós estamos em transe, porque algumas dessas manifestações chegam até a falar em *impeachment*, que é algo que só deveria pensar num caso extremíssimo. Isso significa que as pessoas estão achando que chegamos a um caso extremo.

Nós estamos em transe pelo descrédito geral que nós vemos das forças dirigentes deste País, começando com a Presidente da República, que fez um discurso preparado pelos marqueteiros e agora faz discursos preparados pelos ministros. Qualquer observador lúcido sabia que os discursos dos marqueteiros eram discursos mentirosos em relação à realidade do País. Qualquer um sabia que a Presidente teria de tomar essas medidas que está tomando – podendo ser em graus diferentes e com um tempo diferente, como eu vou falar no final, pois eu vou dedicar a maior parte à análise do ajuste –, mas ela disse uma coisa e faz outra. Criou uma posição tão grave que alguns chamam de – mais do que uma irresponsabilidade – uma mentira. Isso gerou um descrédito.

Porém, não nos iludamos. Não se iludam os que fazem oposição, se acham que o descrédito é uma característica específica em relação à Presidente da República. O descrédito hoje cai sobre cada um de nós que tem mandato político e cai por uma razão muito simples: o noticiário que vemos dos escândalos por aí não atingem apenas aqueles cujos nomes aparecem, mas atingem a todos – aqueles cujos nomes aparecem e aqueles cujos nomes a população acha que não aparecem ainda, porque todos estamos sob suspeição. Todos estamos sob suspeição. Nós estamos sob suspeição pelo simples fato de termos sido eleitos por um sistema que tem um custo altíssimo de campanha e que tem financiamento de campanha feito privadamente, feito por empresas, gerando suspeição sob todos. Nós estamos em descrédito.

E a Justiça? Também está sob descrédito. Não o sistema judiciário inteiro, mas, quando um juiz é pego usando o carro de um réu, quando um juiz é pego desviando dinheiro de um réu, quando a gente vê o Congresso acusando o Procurador-Geral de ter feito denúncias contra quem não devia e ter deixado de fazer contra quem devia, quando o Congresso verbaliza isso, isso gera um descrédito também.

Nós estamos sob um profundo descrédito de todos os órgãos dirigentes deste País. E aí o País fica em transe, perplexo. Eu tenho dito que hoje ser lúcido é saber que se está perplexo. Ser lúcido hoje não é nem você saber para onde ir, mas é saber que está perdido, porque a maioria nem isso percebe. O grau de falta de lucidez é tão grande que as pessoas acham que estão sendo lúcidas quando não estão sendo.

Nós estamos em um País em transe. Estamos em um País em transe, até quando observamos as manifestações desses dias, ontem e hoje, que são – parece – de apoio ao Governo, mas que carregam bandeiras contra as políticas do Governo!

Estamos em transe, e nós não estamos à altura. Mas, pior do que estar em transe, o Brasil está em uma situação que beira o colapso. Se não fosse patriotismo, dava para dizer: o Brasil está quebrado.

Vamos analisar onde é que isso aparece. Primeiro, aparece naquilo que é mais óbvio, que é a quebra fiscal do Brasil, tanto que precisa fazer cortes de 7 bilhões só na educação. Quando a gente chega ao ponto em casa de cortar o dinheiro que gasta com a educação do filho, é porque, de fato, está em uma situação pré-falimentar; senão, a gente não sacrifica o dinheiro que vai para a educação do filho. E o Brasil está sendo obrigado a sacrificar isso, em parte, pelos excessos de gastos do Governo do passado e, em parte, pela demora do Congresso em aprovar o Orçamento também. Nós temos uma parcela nisso aqui dentro.

Nós estamos em uma situação de não pagar, e não é apenas isso, pois nós estamos em uma situação de não fazer os gastos necessários para manter este País funcionando para retomar o crescimento. Nós estamos sendo obrigados a fazer o que faz qualquer cidadão quando está em situação pré-falimentar, que é ir à busca do usureiro, daquele que empresta a um juro alto. É o que se está fazendo. A diferença é que nós País aumentamos os juros. O aumento dos juros pelo Banco Central é prova de uma situação pré-falimentar que exige tomar dinheiro emprestado além do normal para poder pagar as contas. É isso o que acontece com uma família quando vai à busca de um usurário que empresta a juros altos. É o que estamos fazendo no País, aumentando os juros.

Nós estamos quebrados do ponto de vista da desindustrialização. Este era um País que evoluía industrialmente. A cada ano, a percentagem da indústria no PIB era maior do que no ano anterior. Este País começou com 100% da produção agrícola. Até os anos 30 do século XX, este País não produzia quase nada de indústria; éramos um País agrícola, exportador de minério, e importávamos tudo do exterior. A partir de 30, com a chamada Revolução de 30, começou a industrialização. E, aos pouquinhos, fomos aumentando a parcela do PIB de indústrias. Proporcionalmente, reduzia-se a parte do PIB de agricultura, o que significa um País moderno. Regredimos. A nossa participação industrial tem diminuído, porque este País hoje vive da importação dos bens industriais de outros países, que levam para lá os produtos agrícolas nossos. E a gente sabe que, em longo prazo, na competitividade, é a indústria que faz a dinâmica, não é a agricultura. A agricultura tem um limite, que é o tamanho do estômago das pessoas: você não come mais do que aquilo que é preciso.

O Estado de Mato Grosso, Senador Medeiros, que tem sido um dos Estados mais dinâmicos do País, em longo prazo, não vai poder continuar crescendo tanto, porque surgirão outros países, outros Estados, inclusive, que produzirão a soja, e aí haverá estagnação, como houve com a borracha, quando foi levada de Belém, do Amazonas, do Acre, do Senador Viana, para a Malásia. Hoje, você começa a produzir soja em Moçambique, e a tendência é a de que isso seja mais eficiente, porque é mais perto do mercado.

Agora, quem faz computador, quem faz remédios de última geração, quem faz equipamentos médicos não tem problema de demanda, porque, a cada seis meses, a gente tem de mudar o equipamento que usa. A dinâmica, por ela própria, graças à inovação, é moderna. Aqui, a cada tanto tempo, mudamos os computadores, mas a gente não aumenta a quantidade de cafezinho que toma só por que surgiu uma marca nova, até porque, se surge uma marca nova, a gente deixa de tomar a antiga.

Pois bem, estamos nessa situação. A palavra “quebrado” é muito forte, mas é o que parece que está havendo na ciência e na tecnologia. Estamos ficando para trás dos outros países. Há 40 anos, este País tinha uma pesquisa espacial que estava no nível da pesquisa daqueles do chamado segundo time, dos que não eram União Soviética ou Estados Unidos. Hoje, nesses 40 anos, a China, que estava atrás de nós, conseguiu fazer um jipezinho que está andando na Lua. A Índia tem um circulando que já foi até Marte, sem passageiro, mas foi. O Paquistão está na nossa frente, a Coreia do Sul está na nossa frente, a Coreia do Norte está na nossa frente. Ficamos para trás.

Ficamos para trás na indústria de remédios. Hoje, quase tudo que a gente compra é fabricado no Brasil, mas é criado fora. Este é um País quebrado do ponto de vista da criatividade da nossa indústria. O que a gente vê aqui foi feito no Brasil, mas foi inventado fora.

Estamos quebrados na educação. Isso é óbvio! E muitos reagem, querendo dizer que estamos melhor hoje do que antes. Em educação, você não pode dizer se está melhor hoje do que antes comparando o hoje com o ontem. Você tem de dizer que está melhor comparando o que é necessário à educação hoje com o que a gente tem e o que era necessário à educação antes com o que a gente tinha. E a brecha, essa brecha está crescendo. Mesmo que a posição em que estamos melhora, a brecha cresce, porque as exigências crescem mais depressa, e os outros países avançam num ritmo próximo às novas exigências. Nós não fazemos isso.

Estamos, sim – não é só culpa do Brasil –, quebrados ecologicamente, e a prova é a falta d'água. Estamos quebrados urbanamente, porque nossas cidades viraram “monstrópolis”, e não mais metrópolis. Nós vivemos em “monstrópolis”.

Estamos quebrados moralmente com a corrupção, com a falta de cumprimento das normas, não só pelos governos, não só pelos políticos, porque esse é um processo que se generaliza entre todos nós.

Eu diria até que estamos quebrados do ponto de vista mental. Nós perdemos a capacidade de criar, de inovar soluções, e não só técnicas.

Pois bem, apesar de tudo isso, o Brasil tem jeito, o Brasil tem futuro, mas está sem rumo. Está sem rumo do ponto de vista de propostas, ou seja, há uma fraqueza intelectual, diferentemente de algumas décadas atrás em que havia discussão sobre socialismo, sobre capitalismo, sobre reformas de base, sobre conservacionismo.

Hoje, a gente está sem propostas, a gente está sem lideranças. Quando digo que estamos sem lideranças, não quero jogar a culpa nos outros, não! Eu me incluo como um pedacinho dessa liderança que não está conseguindo exercer a liderança que tem a obrigação de exercer, porque prometeu na campanha que ia liderar o Brasil. Nós não o estamos liderando. Nós estamos indo a reboque, não a reboque dos outros, como alguns dizem, porque os outros estão melhores do que nós, mas a reboque de nós próprios, da realidade, da dinâmica das coisas, como quem está dentro de um carro que vai andando e não o controla, perde o rumo. Nós estamos sem rumos.

Apesar disso, Senador Medeiros – eu já lhe concedo um aparte –, este País tem jeito. Este é um dos países que tem jeito no mundo. Pode parecer arrogância, mas há países que hoje não têm mais jeito. São países que hoje estão sem Estado, que vão ter de, em algum momento, ser adotados por outros países ou pelas Nações Unidas, porque não vão ter capacidade de aglutinar-se em uma sociedade só. Não vou citar nomes, porque ficaria uma posição arrogante de brasileiro.

Nós não fazemos parte desse grupo de países que não têm jeito. Nós temos jeito. E aí é que vem o desafio: o que fazer? Que propostas? Para onde ir?

Mas antes de falar sobre essa parte, o que farei no final da minha fala, passo a palavra ao Senador Medeiros, que me orgulha com seu aparte.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Cristovam, V. Ex^a tem sido aqui, no Brasil – nem digo nesta Casa, mas no Brasil –, a voz que clama no deserto, falando sobre essa saída, sobre como o Brasil tem jeito com a produção de conhecimento. Complementando o que V. Ex^a disse, nós já tivemos o ciclo do cacau, o ciclo do café, o ciclo da cana-de-açúcar, e, em todos esses segmentos, com relação a todos esses produtos, nós tivemos uma cidade como referência, como Olinda, no caso do açúcar, ou o vale de São Paulo, no caso do café. Hoje, esses locais são traços desse período na história. V. Ex^a citou o Estado de Mato Grosso. Mato Grosso, hoje, é cantado em verso e prosa como o maior produtor de grãos, como o Estado com o maior rebanho, como o maior, o maior, o maior. Eu me lembro de que V. Ex^a, quando esteve em Mato Grosso, disse justamente sobre essa produção, sobre esse ciclo e sobre como nós podíamos inverter isso. Inclusive, V. Ex^a – não sei se se recorda disto – disse o quanto de conhecimento é preciso ter para produzir uma tonelada de soja. Mas nós não estamos ganhando em cima desse conhecimento, porque nós compramos essa tecnologia de fora. Agora mesmo, nós estamos com a moeda em alta, e, com certeza, os produtores estão contentes, porque vão vender o produto na alta do dólar. Só que, ao mesmo tempo, eles estão tristes, porque vão comprar esses insumos, essas tecnologias, essa produção de conhecimento alheia para produzir essa tonelada de soja. É descomunal o preço desses produtos que vêm de fora! E aí vai o adubo, vai o veneno, vai tudo. Hoje, nós estamos participando, por exemplo, dos BRICS, composto por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, mas, infelizmente – e aí isso deságua sempre no discurso que V. Ex^a tem colocado –, nós estamos na rabeira disso tudo em termos de produção de conhecimento, em termos de educação. A Índia, que V. Ex^a acabou de citar, presta, hoje, serviço para o mundo, faz a declaração de Imposto de Renda da maioria dos norte-americanos, faz a contabilidade de empresas, atende ao *call center* das seguradoras. E nós mal arranhamos o inglês. Nós estamos realmente em situação preocupante, porque estamos ficando para trás em tudo, até no debate político, como V. Ex^a colocou. As nossas lideranças estão se apequenando. Agora mesmo, recentemente, uma das maiores lideranças, uma pessoa que todos nós aqui admiramos, veio para o debate político e disse – esta foi a grande fala dele, para dizer da crise que estamos passando: “Vamos convocar o exército de Stédile.” Não sei se

foi bravata ou não, mas isso surtiu efeito. Está aí uma polarização maluca! E precisamos avançar nesse debate, precisamos sair dessa linha em que a política ficou polarizada, em que se definem os dois debates. V. Exª falou que, antigamente, discutíamos se era conservador, se era liberal, se era socialista. O debate era mais amplo e mais rico. Agora, ficou definido entre Cixinha e Petralha. Nós precisamos avançar nisso. Não pode ser só contra Dilma ou a favor de Dilma. Nós precisamos discutir o País e os grandes debates nacionais. Fico muito contente em ouvir V. Exª, porque V. Exª engrandece o debate nesta Casa. Ao mesmo tempo, V. Exª afronta cada um com duras verdades. É difícil ouvir a verdade. O duro não é que falem mal da gente, mas é o fato de que, quando se fala, essa é uma verdade. V. Exª tem trazido a essa tribuna as verdades doídas que o Brasil precisa ouvir. Estamos chegando ao fundo do poço. Há aluno deixando professor paraplégico, atirando em professor, porque está com a nota baixa. Então, a crise é total, a crise é moral, a crise é familiar, a crise é educacional. E temos de aproveitar este momento de crise para crescermos, porque ficar menor não há como. Muito obrigado, Excelência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu é que lhe agradeço, Senador. Quero dizer que fico muito contente de ter lembrado essa discussão que tivemos no Mato Grosso, essa conversa. Mato Grosso é um Estado que tem a chance de ter essa visão, fazendo a mudança de um Estado exportador de carne e de soja para um Estado exportador de *chips*, de inteligência, de conhecimento. O Pará e o Amazonas não tiveram isso, porque não havia essa perspectiva, não se sabia a ideia dos ciclos com clareza, nem havia ainda a alternativa da economia do conhecimento.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, Senador, peço um pouco mais de tempo, até aproveitando a sexta-feira, para dizer que nós temos jeito. Nós temos jeito, porque temos três coisas fundamentais – e já disse de outras: temos recursos, temos democracia, temos criatividade. Temos recursos. Não somos um País sem recursos para alimentar no sentido amplo do que significa comida e saber a população brasileira. E é preciso alimentá-la não no sentido apenas da comida, mas dos consumos variados.

Temos tamanho, temos dimensão, temos dimensão populacional, dimensão territorial. Nós temos recursos, não somos um País que cai na inviabilidade por falta de recursos. Temos democracia. Democracia é a ferramenta fundamental para reorientarmos o rumo quando o País entra em transe. Um país sem democracia, quando entra em transe, cai no abismo da ditadura, que põe uma ordem momentânea, mas que não constrói o futuro. Temos democracia.

Temos criatividade política e demonstramos isso na maneira como saímos do regime militar. Esta geração, que, como eu digo, está deixando a ideia de não estar à altura, pegou ainda, quando jovem, a mudança do regime militar para a ditadura, sem traumas. Saímos da instabilidade das mais brutais do mundo, da instabilidade monetária, da instabilidade do ponto de vista da inflação. Tivemos e temos uma das piores histórias monetárias do mundo inteiro e saímos dela, criativamente, com o Plano Real.

Pois bem, precisamos juntar esses recursos que temos com a democracia, que nos permite usar a criatividade que temos. E aí entra a parte final, Senador, que é um comentário sobre os ajustes.

A culpa do momento financeiro que vivemos é do Governo da Presidente Dilma, que, não por falta de alertas aqui, fez uma política fiscal que não foi responsável, como, aliás, seu próprio Ministro Levy reconhece com outras palavras, a ponto de ter sua orelha puxada. A culpa é dos últimos quatro anos, não digo dos 12 anos, mas dos últimos quatro anos. Mas o problema é de todos nós. É um erro alguns dizerem que o problema é da Dilma. O problema não é da Dilma, o problema é do Brasil. Temos de ter essa perspectiva.

Cada vez que me encontro num grupo de Senadores, Senador Jorge Viana, pergunto: como é que vocês acham que a gente pode ajudar o Brasil? Essa é a pergunta que a gente deveria fazer aqui todo dia. A pergunta não é como derrubar com o *impeachment* a Dilma, a pergunta não é como manter a Dilma impedindo manifestações, porque manifestação, como ela própria disse, é um direito, e o *impeachment* está previsto na Constituição, apesar de eu achar que é inoportuno o *impeachment*. Mas está lá, não é golpismo. Mas a pergunta não é *impeachment*, não é Dilma. É o Brasil e como ajudá-lo. Aí, não tem jeito. Quem quiser ajudar o Brasil vai ter que encarar a necessidade de ajustes, de ajustes fiscais, projetos de lei, porque quem vai mandar é a Presidente Dilma, porque ela é a Presidente. A gente vai ter que encarar. Encarar não significa se opor necessariamente e também, a meu ver, não é baixar a cabeça ao que vier de lá.

Como é que eu vejo, Senador Jorge Viana? E esse é um convite para um diálogo. Vamos tentar conversar. Vamos conversar nós três, na segunda-feira, sobre como podemos participar para ajudar o Brasil nesse aspecto do ajuste.

Eu vejo que nós temos que respeitar cinco pontos na hora de fazer o ajuste. Primeiro, ele tem que ser eficiente, tem que ter eficácia. Para isso, ele tem que ser capaz de dar um superávit que permita a retomada da

credibilidade que o País perdeu, para que as coisas voltem a funcionar razoavelmente. Não será eficiente se o ajuste for só de brincadeira. Nós temos que nos sentar e discutir.

De quantos bilhões nós precisamos, hoje, poupar, cortar, deixar de gastar, o que vai implicar sacrifícios em muitos setores? De quantos bilhões de reais nós precisamos para sair dessa situação de quebraadeira fiscal em que nós entramos? Vamos fazer essas contas, mas não basta isso. É preciso que esses cortes carreguem com eles um grau de compromisso com a justiça.

O corte linear, como foi proposto, não é justo. O corte de direitos trabalhistas sem sacrificar privilégios dos andares de cima da sociedade, mesmo que seja eficaz e eficiente, porque consegue juntar todo o dinheiro necessário, não é justo. Para ser justo, ele tem que pesar sobre toda a população, mas proporcionalmente ao que cada um tem. Aí é que estava o grande erro, o maior dos erros, o do reajuste da tabela do Imposto de Renda, porque ia sacrificar os da camada mais baixa. Alguns iam passar a pagar um imposto que não pagavam antes.

A maneira como foi feita essa nova MP, que distribuiu de maneira diferente, aumentando para 6,5% os de baixo e para 4,5% os lá em cima, melhorou um pouco o grau de justiça, mas não é só uma questão de tabela de Imposto de Renda. É uma questão de saber onde a gente vai cortar e onde a gente não vai cortar. Vai cortar na saúde? Não. É injusto cortar na saúde, mas pode trazer mais eficiência para a maneira como se gasta o que se gasta hoje. Vamos tocar na ineficácia e na ineficiência do sistema.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aí, a gente justifica gastar menos ou gastar o mesmo.

Vamos ter que ter um debate sobre trazer justiça dentro dos pacotes fiscais. Paga a sociedade, mas paga proporcionalmente aos benefícios, aos privilégios que cada um tem.

Falemos dos direitos trabalhistas. Alguns direitos têm que ser tocados. Realmente, alguns, até porque alguns ficam caducos. A sociedade muda ao longo das décadas. Mas é simples: vamos acrescentar novos direitos. Há direitos que não custam dinheiro e dos quais os trabalhadores precisam.

A gente pode trazer o direito à redução da jornada de trabalho. A gente pode trazer o direito à licença formação, para que o trabalhador tenha um período, a cada tantos anos, para se reciclar, porque hoje as profissões mudam. Um pedreiro, cuja profissão é considerada uma das atividades com menor necessidade de formação, a cada ano já precisa de certa formação. Já não dá mais para haver um pedreiro que não saiba o que é ângulo reto, que não saiba trabalhar com estruturas metálicas. Vamos dar tempo a eles, para que eles aprendam como ser pedreiros contemporaneamente, com as técnicas do momento da vida dele. Esse é um novo direito.

Nós precisamos fazer um ajuste fiscal eficiente e justo, mas mais do que isso: ele precisa ser estratégico. Não pode ser um ajuste que pense neste ano, esquecendo os outros. Há que saber onde é que, cortando, vai impedir o crescimento futuro, vai amarrar as exportações. Aí, coloco a educação. Estrategicamente – e há um pouco de justiça também –, é um equívoco cortar na educação hoje, porque vai pesar amanhã.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai trazer a ineficiência depois, e a ineficiência reduz o PIB; ao reduzir o PIB, reduz os impostos; e, ao reduzir os impostos, aumenta o buraco outra vez.

Então, ele tem que ser eficiente, tem que ser justo, tem que ser estratégico, tem que levar em conta as consequências, amanhã, daqui a dez anos, dos cortes que fizemos hoje.

Quarto, Senador Viana, ele tem que ser construído. Um ajuste só não é construído se for imposto ditatorialmente. Aí, rompe-se o grande recurso, que citei antes, da qualidade do Brasil, que é a democracia. Um ajuste imposto é um ajuste não democrático e não funcionará bem.

Há duas maneiras de se fazer ditadura: uma, botando Parlamentares na cadeia; outra, comprando Parlamentares. O mensalão é um exercício de ditadura. Não é apenas imoral. É ditatorial. Os militares resolviam o problema dos Parlamentares cassando, prendendo e assustando. A gente não pode fazer mais isso. O que se tem feito? Comprado. Tem-se comprado com o mensalão ou com propina para financiar campanha. Não pode ser desse jeito!

O ajuste tem que vir com um diálogo que permita construir, mostrando sua necessidade e eficiência, trazendo a justiça que ele carrega, mostrando a estratégia que está nele. Através desse diálogo, construiremos um ajuste aceito. Ele tem que ser aceito, que é outra maneira de dizer “construído”.

Finalmente, ele tem que levar em conta uma variável sem a qual essa equação não fecha, sem a qual o que estou dizendo aqui é pura teoria, blá-blá-blá, boa intenção. Como casar tudo isso? Com o tempo, Senador Medeiros. Uma coisa é fazer um ajuste para um ano, ao longo de um ano. Outra é fazer um ajuste ao longo de

cinco anos. Nós queremos o equilíbrio fiscal. Agora, uma coisa é dizer: “Vamos adquirir o equilíbrio neste ano”; outra: “Vamos adquirir o equilíbrio paulatinamente, ao longo de dois, três anos.”

Um, que foi imposto pelo FMI durante alguns anos, nos anos 80, chamou-se de ajuste fiscal imediato por meio do choque. Esta expressão ficou muito em voga naquela época: choque fiscal. O choque fiscal pode até ser eficiente, do ponto de vista das finanças, mas ele não é justo, não é estratégico, não é construído.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E, ao não ser construído, ele não tem legitimidade.

E, sem legitimidade, ele tende a fracassar, porque as pessoas vão para a rua fazer manifestações com raiva das propostas, porque vão pedir *impeachment* da Presidente com raiva e, se isso acontecer, gera outro vetor do transe. O transe fica maior ainda. Mesmo que se supere o transe, depois de alguns meses, fica. Então, ele tem que ter legitimidade.

Para ter legitimidade, Senador Viana, a Presidente precisa fazer, em primeiro lugar, um reconhecimento dos erros cometidos no primeiro Governo dela. Não fazer esse gesto de modéstia, impede a legitimidade necessária.

Um outro presidente que não fosse fruto da reeleição chegaria com a legitimidade de não ter sido o responsável, não ter sido o culpado. Chegaria na lua de mel que caracteriza todo novo governo depois da eleição, mas o povo brasileiro escolheu reeleger, escolheu abolir a lua de mel de um novo casamento pela continuidade de um casamento de 12 anos. Escolheu não querer o novo que chegaria naquele momento, e eu insisto em dizer: novo fiscal. Não vou falar novo no resto, de propostas políticas, porque faz parte do mesmo bloco de visão do mundo o que é PSDB e PT, mas seria uma nova visão, diferente da responsável pelo que aconteceu.

Nós, o povo brasileiro – não com o meu voto, é verdade –, no segundo turno, escolheu a continuidade. Então, é preciso que, nessa continuidade, se é preciso fazer ajustes e correções, diga-se a responsabilidade de quem mudou o rumo correto.

A Presidente, para ter um pacote, um projeto, um ajuste legítimo, precisa reconhecer erros. E quem não comete erros? Nós erramos, inclusive com boas intenções, ao transformar a crise internacional em uma marolinha. Errou na dose. Ao errar na dose, gerou problema. E, agora, chegar para todos nós e dizer: “Nós precisamos resolver o problema que eu criei, mas, como Presidente, tenho que resolver, e só resolvo com todos vocês.” E chamar a oposição para conversar. Se a oposição não for, que aceite o ônus de não ter ido, porque o problema não é mais da Dilma, não é mais do PT. Criaram isso, mas o problema é de todos nós, o problema é do Brasil. E, nessa construção pelo diálogo, decidir em quanto tempo vamos equilibrar tudo.

O choque, hoje, vai trazer problemas muito sérios.

Não fazer o ajuste vai manter o País em transe.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O caminho é fazer o ajuste, levando em conta a eficiência, a justiça, a legitimidade, a estratégia, construindo, ao longo de um tempo – esta variável é fundamental: o tempo –, a volta do País à sua normalidade, fora do transe, fora da quebradeira, aproveitando tudo o que este País tem e que nos permite dar jeito.

E concluo com o que comecei: dar jeito a ele se nós estivermos à altura dos desafios que o momento impõe aos políticos brasileiros. Aí, vem minha única dose de pessimismo, porque, quando eu falo em transe, quando eu falo em quebradeira, não estou sendo pessimista. Estou vendo as coisas, estou dizendo o que o povo vê. Não é pessimismo. Quando eu falo que tem jeito, é otimismo. Agora, quando eu digo que temo não estarmos à altura, é uma suspeita. Suspeita com base na observação do que está aí, mas uma suspeita que poderá ser superada se nós começarmos a nos encontrar.

Já que temos aqui, Senador Viana, o senhor, o Senador Medeiros e eu, vamos começar nós três esse diálogo, em busca de tentar evitar que, daqui a 10, 20, 30, 50 anos, a história diga: “Aqueles caras não estavam à altura do momento que o Brasil atravessou”. E, aí, podemos ir até mais longe, talvez com excesso de otimismo: podemos aproveitar a crise para não apenas sairmos dela, mas para desviarmos em direção a um futuro diferente para o Brasil. O futuro de uma sociedade harmônica, com uma economia eficiente e convivência sustentável com a natureza que o Brasil tem. Aproveitar a crise para reorientar o futuro do Brasil, superar a crise mudando de rumo.

Uma coisa é você vir em uma estrada e perceber um abismo no meio. Você faz uma ponte para o outro lado e continua no mesmo rumo. A outra é você chegar a uma estrada, ver o abismo, mas, se percebe que o caminho não estava bom, faz a ponte e muda de rumo, dobra uma esquina. Aí, sim, nós estaremos à altura do que a história exige de nós.

Esse desafio imenso de construir a ponte para superar o transe e dobrar o rumo para construir o novo Brasil, eu sonho com ele. Acredito que ele é possível, se nós, os Líderes de hoje, estivermos à altura do desafio que a história está nos colocando.

É isso, Senador Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam – eu estava aqui com o Senador Walter Pinheiro na linha, sendo solidário com o Governador Tião Viana. Peço a V. Ex^a que presida para que eu possa fazer uso da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ao mesmo tempo em que agradeço ao Senador Tião a paciência...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Jorge Viana – é a convivência por mais tempo com o Tião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E que está passando esses momentos. Também daqui mando um abraço para ele através do senhor.

Agradecendo a posição do Senador Jorge Viana – a calma e a paciência com a minha longa fala –, eu lhe passo a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Ao contrário, V. Ex^a estabelece o diálogo com o País em um momento difícil. V. Ex^a é um homem vivido não só na academia, não só no compromisso de vida pela educação, mas também já compôs governos em vários momentos, tem experiência, já ajudou a solucionar crises, já foi Governador, já viveu crises e tem autoridade de falar com a sabedoria que a vida lhe deu e segue lhe dando. Obviamente, quando V. Ex^a vem à tribuna, nós devemos sempre não só prestar atenção, mas ouvir com atenção.

Eu venho à tribuna hoje, Presidente Cristovam, todos que me acompanham pela Rádio e pela TV Senado, mas não gostaria de estar aqui para tratar deste assunto, porque penso que o ideal seria que o Brasil já o tivesse superado, que as instituições, especialmente as da Justiça, já o tivessem superado. Como não é esse o caso, é necessário vir à tribuna neste momento conturbado que nossa Nação vive, que nosso povo enfrenta, quando algumas dificuldades, que são sérias, são transformadas em crises insolúveis, quando as ações de alguns bandidos – de pessoas que não têm jeito, são caso de polícia – são transformadas em práticas da sociedade – e eu não concordo com isso. Eu não acho que o povo brasileiro seja corrupto, eu não acho que o povo brasileiro viva na corrupção permanente, mas, como acontece no mundo inteiro, nós temos pessoas que não são casos de política nem são casos de outra justificativa qualquer, são casos de polícia.

Veja, Sr. Presidente, há meses o Brasil vive a expectativa do combate à corrupção na Petrobras, em contratos de governos estaduais, de prefeituras e também do Governo Federal, ou vice-versa. Nomes de pessoas vêm ocupando páginas da imprensa e, entre eles, o do Governador do Acre Tião Viana, meu irmão, ex-Senador, pessoa que conheço bem.

Eu não venho à tribuna para falar do Governador do Acre, não venho à tribuna para falar nem mesmo do Senador que esta Casa conhece tão bem, pois trabalhou aqui 12 anos, ocupou funções das mais importantes da Casa, de Líder da Bancada a Presidente do Senado Federal, passando pela Vice-Presidência e com ação em várias comissões. Ganhou o respeito desta Casa, mas não somente dos Senadores, não somente do Plenário, mas das pessoas que servem o cafezinho, das pessoas que ocupam funções importantes às vezes invisíveis para muitos, mas que compõem o trabalho do Senado Federal, trabalhos simples, mas sérios, bem feitos. Desde que cheguei aqui, tenho me sentido em casa, graças ao bom trabalho feito pelo ex-Senador Tião Viana.

Mas eu não venho aqui para falar do Senador Tião Viana, que o Senado conhece tão bem, do Governador Tião Viana, que o povo acreano conhece tão bem: eu vim falar do cidadão Tião Viana.

Não é possível que, no afã de combater a corrupção, de se fazer justiça, de se combater as ilegalidades e as quadrilhas que teimam em afrontar a honradez do povo brasileiro, sejam atingidas pessoas que não devem – e não temem porque não devem –, pessoas que têm uma vida pública honrada. Esse é o caso do cidadão Tião Viana.

Durante meses o nome do Governador Tião Viana ocupou páginas de jornais, notícias de televisão e de rádio sem que ele tivesse a possibilidade de tomar conhecimento do que se tratava, porque o tal processo estava em segredo de justiça. Que segredo? E que justiça?

Eu sei que, das quase 50 pessoas arroladas, algumas calaram, aliás, muitas calaram, não falam nada. Certamente, quem cala consente, ou quem cala deve alguma coisa. Não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil tem a oportunidade de desbaratar uma quadrilha que atuava na mais importante empresa deste País, a Petrobras, que é patrimônio nosso, de todos nós, brasileiros. Quanto a isso, não tenho dúvidas, estamos todos de acordo, apoiando o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o juiz de primeira instância, enfim, todo o Judiciário, que procura ajudar o Brasil a se livrar dessa chaga. Disso, não temos dúvida. O que nós não podemos fazer é, no afã de combater a corrupção, arrolar pessoas inocentes.

Só ontem se tomou conhecimento do que estão procurando acusar o Governador Tião Viana, em que sentido, com que conteúdo, em que contexto, mas tudo isso guardado no tal segredo de justiça. Mas que segredo de justiça é esse, se o nome do Governador já estava nas páginas dos jornais há semanas, meses? Imaginem o uso que aqueles que fazem oposição ao Governador não fizeram nesse período! Imaginem uma pessoa simples, do nosso povo, recebendo pelo rádio e pela televisão uma informação que vem como uma sentença sempre: está na capa dos jornais, saiu na televisão, saiu no rádio, está na internet...

É muito duro enfrentar uma situação como essa. E nem mesmo de que estava sendo acusado o Governador sabia. Ontem – ontem! –, à noite, foi que o Governador pôde soltar uma nota procurando se defender e dar a devida satisfação à sociedade.

Eu faço a leitura da nota. É uma nota dura. Ela é dura, alguns podem achá-la dura demais, mas é que ela carrega a indignação, a revolta de quem está se sentindo injustiçado, como se sente hoje o Governador Tião Viana, todos os seus amigos, todos os seus companheiros, toda a sua equipe de Governo e – eu não tenho medo de dizer – boa parte do povo acriano, porque conhecemos o Tião, sabemos que ele não convive com malfeitos, não aceita corrupção e tem uma vida pública exemplar nesse aspecto.

Nota do Governador Tião Viana:

A despeito de citação de minha pessoa com a tal Operação Lava Jato, eis a minha posição: estou muito longe dessa podridão; essa podridão está muito longe de mim.

Os dedos sujos da injúria, da calúnia e da difamação que apontam para a minha honra não escondem a covardia daqueles que certamente não terão a dignidade de vir a público pedir desculpas quando tudo for esclarecido.

A minha candidatura ao governo do Estado do Acre em 2010 recebeu uma doação legal da empresa chamada IESA, devidamente aprovada no Tribunal Regional Eleitoral [essa doação foi de R\$300 mil]. Cabe destacar que a mencionada empresa nunca teve qualquer relação comercial ou institucional com o Estado do Acre.

Asseguro, ainda, que nunca tive qualquer contato com nenhum dos personagens desse submundo em investigação.

Ao tomar conhecimento de eventual citação do meu nome, em janeiro deste ano, prontamente requeri interpelação judicial contra [e ele usa um adjetivo com o qual concordo] o bandido Paulo Roberto Costa.

Qual dos acusados tem coragem de chamar Paulo Roberto Costa de bandido? Quem teve alguma relação com ele certamente não o chama assim. Mas o que ele é mesmo? O que é esse Youssef? E o que são os seus parceiros e coniventes? São bandidos.

Continuo a leitura da nota:

E agora, tão logo revelado o teor da sua mentirosa citação do meu nome, determinei ajuizar contra ele ação civil por danos morais e ação penal por denúncia caluniosa.

Aguardo andamento pelo Poder Judiciário, no foro apropriado para as ações em questão.

Quanto ao sigilo de qualquer procedimento judicial, autorizo a publicidade de tudo que envolva meu nome. Para mim, quanto mais investigação, melhor.

Tião Viana, Governador do Estado do Acre.

Agora vejam, senhores que me acompanham, esse processo, pelo menos o que agora foi tornado público – e eu cumprimento o Ministro Teori Zavascki por conta de ter dado publicidade a ele, porque sigilo não havia mais nenhum –, foi um instrumento usado para proteger bandido, porque quando você pega o bandido e o põe junto com gente honrada, você está protegendo o bandido e destruindo a reputação de quem tem reputação. Então, logo que chegou para o Ministro Teori, ele tirou o sigilo desse processo, atitude que tem o nosso aplauso. O mesmo fez o Ministro Salomão, do STJ, que tem o nosso aplauso. São dois grandes juízes, têm

a fama de serem técnicos, de trabalharem vinculados exclusivamente à Constituição, e precisam ter a nossa confiança para nos julgar a todos.

Então, não há nenhum senão em relação ao Supremo, à condução desse processo no Supremo e à condução desse processo no STJ. Infeliz do País que não confia na sua Justiça. Não há possibilidade de termos democracia sem liberdade, sem Parlamento e sem Judiciário, não há possibilidade. Felizmente, o Brasil tem Parlamento e tem Judiciário.

Mas, Srs. Senadores, Sr. Presidente Cristovam, esse processo tem dois volumes e 400 páginas – dele tomamos conhecimento esta semana. São dois volumes e 400 páginas, e o nome do Governador Tião Viana é citado em quatro linhas. Quatro linhas em dois volumes e 400 páginas! A vida de uma pessoa, de um homem público, pode ser desmoralizada em quatro linhas.

O Sr. Paulo Roberto é um homem honrado ou ele é um bandido confesso, um criminoso confesso, um réu confesso? O Sr. Youssef, aliás, já esteve envolvido num escândalo com o PSDB do Paraná. Chantageou no Banestado e safou-se delatando e fazendo negociata – repetiu o mesmo *modus operandi* agora.

E tem gente que acha que ele é um herói. Bandido é sempre bandido, de herói não tem nada – não tem nada, nem na hora que confessa. Por que vamos acreditar na palavra do bandido plenamente?

A Justiça tem posição sobre isso. Faço aqui, se conseguir com calma encontrar... Há uma posição, inclusive nos autos, quando o processo foi encaminhado do Supremo para o Superior Tribunal de Justiça. O Brasil inteiro precisa tomar cuidado, para que se possa apurar, não deixando nenhuma possibilidade para a impunidade, não deixando que nada escape da espada da Justiça, mas temos de tomar cuidado, quando estamos lidando com delação premiada. Isto já é esquisito: “delação premiada”. Então, você ganha prêmio se apontar o dedo contra alguém. É muito perigoso isso, porque se vai lidar com um bandido, com um criminoso, que pode ganhar muito se apontar o dedo contra alguém.

Há aqui uma citação, no mesmo processo encaminhado, que está no Superior Tribunal de Justiça, de que faço a leitura.

Ministro Celso de Mello, 30 de maio de 2014:

Contudo, não é demais recordar que a abertura de inquérito não representa juízo antecipado sobre autoria e materialidade do delito, mormente quando fundada em depoimentos colhidos em colaboração premiada. [Ele usa aqui o termo “colaboração”, mas o pior mesmo é “delação premiada”, que é a mesma coisa.] Tais depoimentos não constituem, por si sós, meio de prova, até porque, segundo disposição normativa expressa, “nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas na [...]” [delação premiada].

Vejam que quem fala isso é o Ministro do Supremo, Ministro respeitado, decano do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello.

E o que eu vejo é que, por conta da declaração de um criminoso, você ganha as capas dos jornais.

O jornal *Folha de S. Paulo* de hoje – o que é estranho, porque não há e nunca houve sigilo nessa operação –, consegue fazer algo inacreditável. Ele transforma a fala de um delator em uma denúncia e quase em uma condenação, porque diz que o Governador Tião Viana recebeu propina.

Vejam a cautela e o que estabelece a jurisprudência do Ministro Celso de Mello, mas a imprensa já divulga. *O Estado de S. Paulo* de hoje já condena o Governador Tião Viana, e aqui diz que por ter recebido propina, Senador Cristovam.

Poderiam ter feito uma coisa, poderiam ter olhado as quatro linhas que citam o nome do Governador Tião Viana. O Sr. Paulo Roberto diz que, no entendimento com Youssef, ficou acertado que Youssef iria mandar R\$300 mil para a campanha do Senador Tião Viana, em 2010. Mas o Governador Tião Viana não era candidato a Senador em 2010. Ele foi candidato a governador. Está aqui o documento. O documento que tenta destruir moralmente a honra do Governador Tião Viana, no meio desse mar de lama, cita, em suas linhas, está aqui, vou ler: “Tião Viana. Paulo Roberto afirma ter sido feito um repasse em favor do mesmo, no valor de R\$300 mil, no ano de 2010, como auxílio para a campanha de Tião Viana ao Senado Federal”. Tião Viana não foi candidato ao Senado Federal. Como é que alguém pode ser citado? Tião Viana foi candidato a governador em 2010.

E, então, diz, mais à frente – estou lendo o documento elaborado pelo Ministério Público Federal, que deu origem, agora, à abertura de um inquérito contra Tião Viana –, que isso está baseado na agenda dele, em que há um “0,3TVian”, Tião Viana. Agora, o pior não é isso. O pior não é isso.

Ele diz que a solicitação foi feita por Alberto Youssef.

Eu vou ler agora o documento que o mesmo Ministério Público Federal encaminhou para o STJ, para instruir o processo, porque o foro para Governador é o STJ, não é o Supremo. Veja, Presidente Cristovam, foi encaminhada a Sindicância nº 456, da Justiça Pública, que tem como Relator o Juiz Luis Felipe Salomão.

Essa foi a fala do Paulo Roberto. Vejam a fala do Youssef, que o Tião nunca viu, nem o Paulo Roberto. Diz: “No entanto, ouvindo em ato complementar por ação realizada no dia 12 de fevereiro de 2015, Alberto Youssef disse que a anotação “0,3TVian” provavelmente signifique Tião Viana, mas não foi o declarante que realizou tal operação”. Então, o Paulo Roberto diz que o Youssef pediu e passou R\$300 mil para o Tião Viana, e o Youssef diz que não foi ele que realizou, mas o nome do Tião está na capa dos jornais de hoje.

Poderiam pelo menos, já que não há sigilo de nada, ter feito isto: Tião não foi candidato a Senador em 2010 e muito menos fez qualquer contato seja com Youssef, seja com Paulo Roberto, ou qualquer reunião, ou através de terceiros. Não houve isso. E como fica o nome de alguém que é jogado neste mar de lama: um diz que doou R\$300 mil, a pedido do tal Youssef, e o Youssef diz: “Não, eu não pedi nem doei nada”?

O que o Tião recebeu foi uma doação de R\$300 mil de uma empresa chamada lesa, que trabalha com petróleo e gás, com recibo. O jornalista Josias de Souza – ainda há bons jornalistas – põe o recibo que o Governador Tião Viana deu e registrou no TRE. Agora, se receber dinheiro de empresa, com registro no TRE, for crime, não sobra ninguém neste plenário, nem no plenário da Câmara dos Deputados. Não sobra ninguém!

Eu sou radicalmente contra. Apresentei uma proposta aqui contra doação empresarial. Sou contra, Senador Cristovam. Comecei minha vida política fazendo camiseta no fundo da minha casa e vendendo. Minha família pintava camiseta para vender para eu poder ser candidato a Governador, que foi a minha primeira eleição.

Eu coordenava a feira de bugigangas do PT nas praças de Rio Branco; eu ia para lá aos domingos vender bugigangas que recebíamos de doação para arrecadar dinheiro para o PT. Sou desse tempo. Como se diz no Acre, eu fazia grude em casa para pregar cartazes dos candidatos do PT – da Marina, do Chico Mendes, do Lula – nos postes de Rio Branco, naquela época, na década de 80, final dos anos 80, quando lutávamos por democracia.

Eu sou contra. A Constituição estabelece que não pode haver abuso de poder econômico na eleição. Está lá colocado. Mas, agora, disfarçadamente, em uma combinação com o Judiciário, com empresas e com políticos que estão dentro desses esquemas, está se preservando a história de doação empresarial. Por que está havendo esse escândalo? Por conta das eleições. Eu não posso deixar de dizer – porque senão fica parecendo, e eu não quero me igualar nem aos que vieram se defender nem àqueles que se calaram – que estou aqui procurando apenas justiça.

O Governador Tião Viana só quer uma coisa. Esse processo poderia ter sido resolvido com um pedido de informação ao Governador, com uma sindicância, mas a Justiça decidiu abrir inquérito, que não é condenação, e muito menos baseada na posição de dois criminosos que confessaram os crimes. Um diz uma coisa, outro diz outra completamente diferente. Mas nós confiamos na Justiça.

Eu sei que o Dr. Rodrigo Janot é um homem honrado, eu o conheço, não tenho nenhuma dúvida. Eu posso até dizer, sem medo de errar, que temos um grande Procurador da República, que procura cumprir bem sua função. Eu sei que o Ministro Teori é um homem respeitado, tem uma história de vida admirável. Eu sei que o Ministro Salomão é respeitado no meio jurídico pela maneira técnica e discreta com que atua. Agora, Sr. Presidente, Senador Cristovam, V. Ex^a ainda agora disse aqui: delegado de polícia, membro do Ministério Público, juiz, ninguém é Deus.

Apareceu um juiz querendo ser Deus agora, no Rio de Janeiro. Porque este País vive uma hipocrisia também. Ele vivia no Jornal Nacional, estava no Jornal Nacional todos os dias esse juiz, um herói.

Veja quem é o herói. O nome dele é Flávio Roberto de Souza, um herói. Está aqui, juiz federal, um herói. Todo dia estava no noticiário: “Vou fazer justiça, vou combater o Eike Batista, esse bandido que está assaltando o Brasil”. Foi lá, parece que prendeu até o dinheiro do pão da casa da ex-mulher do Eike Batista. Prendeu o dinheiro do pão, tomou dinheiro de empregada, fez tudo, levou dólar da casa do Eike, levou euro, levou o Porsche, levou o Lamborghini, levou o barco, só que levou para a casa dele.

Agora, esse juiz, bandido confesso, descobriu-se hoje – e aí louvo o Ministério Público Federal –, foi lá e já confessou. Pegou dinheiro, Senador Cristovam, do cofre da vara em que atuava, dinheiro vindo do tráfico, dos traficantes presos, e gastou em viagens, na compra de bens. Juiz federal, herói do Brasil um mês atrás! Com horas e horas na imprensa nacional. Mas se era um juiz federal que estava falando, não havia dúvida. Depois apareceu dirigindo um Porsche. O piano da casa do Eike Batista, levou e deu para o vizinho. Um piano de não sei quantos mil dólares. Pegou US\$1,2 milhão e embolsou, assumiu que roubou. Sabe o que aconteceu com esse juiz? Nada! Sabe o que vai acontecer com ele? Nada! Porque ele é juiz federal. Sabe qual vai ser a punição dele? Ele vai ter uma aposentadoria compulsória plena e vai poder curtir mundo afora com o salário no teto nacional. É essa a punição para um juiz bandido. Ele não deveria estar preso? Precisa mais alguma coisa? Roubou, afrontou, confessou, mas é juiz federal.

Lamento, louvo o Ministério Público Federal e digo que a Associação dos Juizes Federais está tergiversando nisso. Outro dia, veio ao Senado um membro da Ajufe. Perguntei: “Mas vocês não vão fazer nada só por-

que é um associado de vocês? Só porque é um membro de vocês?”. Quem mais pode fazer pela Justiça são os que compõem a Justiça.

Não estou ligando uma coisa a outra, mas será que não era para a Associação dos Juizes Federais pedir a prisão dele, numa ação conjunta? Certamente. Pode ser que alguns defendam: “Não, tem a corporação!”. Vamos garantir o direito de quem?

Eu quero dizer uma coisa, que eu já falei aqui. Eu respeito e confio, mas eu já fui vítima de delegado da Polícia Federal, eu já fui vítima de juiz, eu já fui vítima de membro de Ministério Público. São pessoas de carne e osso. Alguns fizeram concurso público, estudaram – mérito –, passaram, mas nem por isso têm o direito de apontar o dedo e de julgar qualquer um. Eu fui vítima, Senador Cristovam.

E eu digo que há muita gente que, às vezes, vai para Acre e não gosta do Acre: “Me mandaram para Acre!” Faz um concurso, passa, vai para o Acre e aí diz: “Eu vou ficar famoso aqui, eu vou já criar um caso grande, apontar o dedo para alguém do Acre que esteja aqui trabalhando para ficar famoso, para poder ser transferido”. Há lá em Curitiba – estou alertando – gente que atuou lá no Acre e que tentou atingir o Governador Tião Viana, membro da Polícia Federal, que está lá agora auxiliando o Juiz Moro.

Hoje, o Juiz Moro está sendo a esperança do Brasil de se fazer justiça, só que ele é juiz de primeira instância. O Tribunal Regional Federal tem que funcionar, o STJ tem que funcionar. Ninguém pode ser preso antes de ter condenação, 100 dias, 200 dias, 300 dias. O que não quero para mim não quero nem para os inimigos nem para os adversários – aliás, não tenho inimigos.

Quando a gente vê um processo como esse que envolve o nome do Governador Tião Viana, será que há alguém que tem diferenças com o ex-Senador, hoje Governador do Acre, que está aproveitando? O Procurador-Geral não pode fazer tudo sozinho, tem que ter auxiliares, e se houver alguém que diz: “Não, não têm indícios, nem mesmo indícios, mas vamos botar o nome do Tião”. Será que o Tião está entrando nesta lista por ser do PT, na quota do PT? Há horas que fico achando que é por conta disso, porque – já vou concluir, Presidente, Senador Cristovam – ele não conhece, nunca esteve com esse pessoal, nunca pediu dinheiro para esse pessoal. Ele recebeu uma doação legal de uma empresa. Depois, o Paulo Roberto Costa disse que o Youssef pediu para mandar dinheiro para o Tião, e o Youssef disse: “Eu nunca pedi nada, eu nunca mandei dinheiro para o Governador Tião Viana”. Está lá escrito, será que ninguém viu!? Dizendo: “Não, era para a candidatura dele ao Senado”. Ele foi candidato a governador, e o nome dele está aqui nessa sujeira.

Eu peço desculpas pelo desabafo, mas eu estou muito tranquilo em relação a isso.

E eu queria concluir pedindo uma coisa. Eu faço um pedido ao Ministério Público, a quem eu respeito, que tem homens e mulheres honradas, e à Justiça Federal. E esse juiz bandido tem que ser preso, mas ele não pode manchar a história bonita, importante da Justiça Federal do nosso País. E só não vai manchar se os próprios juizes fizerem uma ação coletiva pedindo a prisão preventiva dele. Aqui não é preventiva, é definitiva. Ele não está sendo acusado, ele confessou que roubou, que afrontou o País, que envergonhou a Justiça. Eu espero e confio que o Ministro Teori, que é discreto, um homem que fala pelos autos, e que o Ministro Salomão, que já tanto nos ajudou aqui a melhorar o arcabouço legal do País, possam, na dúvida, julgar, primeiro, casos como o do Tião – julgar primeiro, apreciar primeiro, diligenciar primeiro. É só o que o Governador Tião quer. Ele só quer isto: que o quanto antes o caso dele seja apreciado. Ele vai pedir para esclarecer. Ele está pedindo para o caso dele ser apreciado. E, se alguma culpa tiver, não haverá problema, mas nós temos consciência, tranquilidade, certeza de que o nome de Tião Viana, ex-Senador, Governador do Acre, não deveria estar nesse mar de lama. Eu sei que há outros inocentes, mas eu sei também que há culpados. Está comprovado que há partidos que montaram um esquema com esses operadores, mas aí não cabe a mim nem julgar, nem condenar ninguém. Isso cabe à Justiça. A indignação aqui contra a injustiça tem que estar presente. E eu venho aqui à tribuna com esse propósito. Com todo o respeito a todos os que trabalham no Judiciário, os senhores e as senhoras podem ajudar o Brasil a ficar melhor, fazendo justiça e sendo intransigente com a injustiça. E o que nós queremos para o nome do Governador Tião Viana, para a honra dele é justiça.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Seguindo a ordem normal, eu passo a palavra agora ao Senador Cássio, que falará pela Liderança; depois, ao Senador Medeiros, como orador inscrito.

Aproveito para devolver a Presidência ao seu legítimo dono, que é o Vice-Presidente do Senado, que fez um bom discurso na defesa do Governador do Acre, uma pessoa que passou por aqui, que ganhou o respeito de todos nós e que, além disso, é seu irmão, mas ele o defendeu, sobretudo, por ser o Governador e por ser a personalidade que é o Tião Viana.

O Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB, pela Liderança.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da rádio Senado, eu, há poucos instantes, conversava com o Senador Cristovam Buarque. Eu não tive a oportunidade de ouvir o pronunciamento dele, mas, com a gentileza de toda a vez e a cordialidade de todo instante, o Senador Cristovam me fez uma síntese do eixo do seu pensamento, com o qual concordo. Disse o Senador Cristovam que o Brasil vive um momento de transe, que o País quebrou, mas que o País tem jeito. Concordo rigorosamente. O Brasil vive um momento tenso. A crise se faz sentir em várias áreas da vida nacional, na economia, na política, no campo ético e moral, na credibilidade do Governo Federal e até mesmo de outras instituições.

A economia entrou no quadro recessivo em que nos encontramos, e é o pior dos mundos o que estamos vivendo, porque é uma recessão acompanhada de uma inflação crescente. A inflação para os pobres, para os que ganham menos já bate a casa dos dois dígitos, e a pior punição que um assalariado, que um trabalhador pode receber é ter o seu salário mensalmente aviltado pela inflação que corrói o seu poder de compra.

Este é o momento em que todos nós devemos ter muita responsabilidade, responsabilidade para apontar os caminhos que devem ser trilhados para o futuro do Brasil, acender a lanterna para que possamos abrir a picada e tirar o País desta mata escura na qual estamos adentrando cada vez mais. Em vez de buscar a saída, talvez estejamos, voluntária ou involuntariamente, aprofundando a crise. País em crise ou em transe – como definiu o Senador Cristovam –, economia esfacelada, País quebrado, mas que tem saída.

E, no meu entendimento, o primeiro passo para encontrar o caminho certo é aquilo que não pode faltar a nenhum ser humano, muito menos a um governante: humildade. Humildade de reconhecer erros, de assumir falhas. E foram muitos os erros e foram muitas as falhas. E devo dizer, a exemplo do que fiz ontem, que nós da oposição brasileira, da mesma forma que esperamos gestos de humildade, temos a capacidade de reconhecer acertos para baixar a poeira, para diminuir o tom caloroso, cada vez mais efervescente do debate político deste instante. Nós podemos lembrar conquistas, avanços que foram alcançados nas últimas décadas por vários governos, inclusive pelos governos do PT. Não temos dificuldade nenhuma de reconhecer isso. Ao mesmo tempo, não podemos nem encobrir nem recuar diante da crítica, diante da necessidade de investigação e, sobretudo, de melhoria das relações dos governos, de forma geral, com a sociedade, sobretudo com as mudanças que o Brasil exige de maneira profunda neste instante. São mudanças profundas de que o Brasil necessita.

É preciso que o primeiro passo seja dado por quem tem a necessidade premente, inadiável de se reencontrar com o País. Não será no isolamento político, não será com deslocamento de realidade que a Presidente Dilma Rousseff vai conseguir conduzir o País para um tempo de prosperidade, de crescimento, de estabilidade, que é o desejo de todos nós, outros. Enquanto a Presidente não se dirigir à Nação, pedindo desculpas, reconhecendo erros, numa atitude e numa postura de humildade, e abandonar as velhas desculpas, sequer o primeiro passo será dado. Em todo este ambiente conturbado, não podemos permitir, muito menos confundir, a sucessão de acontecimentos que agravam este instante.

E, agora, passo a me referir especificamente às investigações todas da Lava Jato. É importante dizer, claro, que investigação não é, nem nunca será sinônimo de condenação. Esse é o primeiro ponto. Às vezes, faz-se necessário repetir o óbvio: é óbvio que investigação não significa condenação e que vivemos numa democracia onde a imprensa livre tem e deve ter sempre o direito de fazer sua análise, não apenas de noticiar os fatos, mas de analisá-los também. E, nesse ambiente, pessoas que são inocentes, que têm uma vida honrada estão também sendo alvo de investigação. E refiro-me, especificamente, por exemplo, ao Senador Anastasia, que, tenho certeza absoluta, ao cabo desta investigação, receberá um atestado de idoneidade, de correção, de probidade pelo testemunho de vida que tem. Mas, mesmo com a inclusão do Senador Anastasia na lista de apuração apresentada pelo Procurador-Geral da República, o Dr. Janot, o PSDB, em nenhum momento, fez qualquer gesto de desestabilização do Procurador-Geral e muito menos de ataque à instituição do Ministério Público Federal que deve ser absolutamente preservada.

Estamos aqui para reafirmar a confiança no trabalho do Procurador-Geral da República, para que possamos reafirmar a imperiosa necessidade do fortalecimento e do apoio ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público dos Estados, a instituições outras que têm dado uma contribuição enorme para a melhoria do Brasil, entre as quais incluo, naturalmente – não poderia ser diferente –, a Polícia Federal.

É um momento tenso, em que há um embate político vigoroso, em que há toda essa situação econômica, que agrava ainda mais toda essa realidade, mas é o momento em que os homens de bom senso e as mulheres de bom senso precisam deixar de lado seus dramas pessoais e colocar acima deles os interesses do País.

Isso me faz lembrar, Senador Cristovam, o episódio de Prestes com Vargas, quando, depois de todos os acontecimentos dramáticos, desumanos e cruéis da relação interpessoal e familiar de Vargas com Prestes,

Prestes, em nome do País, aliou-se a Vargas e disse uma frase que não vou repetir em termos literais, mas o conceito será entendido. Disse Prestes, para justificar a aliança com Getúlio: "Acima dos meus dramas pessoais, estará sempre o interesse do Brasil."

É o momento de compreender os dramas pessoais, mas de entender, sobretudo, a necessidade que o País tem de encontrar rumos. Esse caminho que o Brasil precisa trilhar jamais será percorrido com intolerância, com soberba, com arrogância, com intransigência, como vem lamentavelmente acontecendo com a Presidente Dilma Rousseff.

Ninguém aguenta mais o PT, no Governo há 12 anos, continuar tentando responsabilizar o PSDB por problemas que ele já poderia ter resolvido. Ninguém aguenta mais o Governo dizer que a crise nacional está vinculada a um cenário internacional de dificuldades, quando todos nós sabemos que a economia dos Estados Unidos já está em recuperação, que a economia europeia também já avança e que a da China recuou um pouco, mas nunca para se colocar num patamar de crise absoluta.

Para completar, agora, até São Pedro entrou no balaio de desculpas da Presidente da República, que já esgota a capacidade de se justificar perante o Brasil. Ela só tem hoje uma alternativa, que foi desperdiçada no último domingo, Dia Internacional da Mulher, quando ela poderia ter se dirigido à Nação com um pedido de desculpas, numa atitude de humildade, reconhecendo os erros praticados.

Este é o momento em que todos nós precisamos fazer a travessia, e não a faremos enfraquecendo as instituições, atacando o Procurador-Geral da República, que encontrou um critério. Quando se encontra um critério, esse critério, obviamente, deve ser respeitado e está exposto à crítica, porque, se fosse outro o critério adotado, o Dr. Janot seria criticado da mesma forma. O importante é que ele encontrou um critério para realizar as investigações, que não podem – repito e insisto – ser confundidas com condenações prévias.

O PSDB estará ao lado do Brasil, como sempre esteve. O PSDB oferecerá sua contribuição com a maturidade que suas lideranças possuem, para estar em absoluta sintonia com o sentimento de indignação, com o sentimento de revolta, com o desejo de mudança que está sendo manifestado pelos quatro cantos do Brasil.

Hoje, teremos manifestações chamadas pelas centrais sindicais, apoiadas, em alguns momentos, pelo próprio Governo, mas nossos olhos estão voltados para o próximo domingo, dia 15, quando nosso povo vai para a rua de forma ordeira, de maneira pacífica, numa atitude absolutamente normal, habitual e louvável de qualquer democracia sólida.

Eu já repeti aqui outras vezes e vou lembrar a frase: "Numa sociedade de cordeiros, abre-se espaço para governos de lobos." Tudo de que menos precisamos neste instante é uma sociedade acomodada. Aquilo de que o Brasil menos precisa neste momento é uma sociedade omissa, calada, porque o Governo do PT já conseguiu aparelhar o Estado brasileiro. Esse Estado brasileiro está absolutamente aparelhado. Essa é uma realidade da qual não podemos fugir.

O PT já consegue dominar setores do movimento sindical. Algumas centrais sindicais deixaram de ter sua combatividade histórica em defesa do trabalhador, para fazer, em alguns momentos, alianças – para não usar expressões mais fortes – com o Governo, e isso é muito ruim.

Isso é muito ruim!

Portanto, só nos resta aquilo que é o nosso maior patrimônio, que é o nosso povo, que é a nossa sociedade, que não aguenta mais pagar impostos, que não aguenta mais ver o discurso de campanha numa direção e a prática de governo em outra completamente diferente.

Não faz muito tempo que a Presidenta da República foi para a rede nacional de rádio e de televisão para dizer ao povo brasileiro, ao trabalhador, que a conta de luz iria diminuir, no mínimo, 18%. E nós denunciávamos, Senador Cristovam, do plenário do Senado, esse equívoco. Pouco tempo depois, a previsão é a de que a conta de luz do trabalhador brasileiro, das pessoas, será majorada, terá um aumento, durante o ano de 2015, de 70%. Nem na hiperinflação, nós tínhamos reajustes tarifários dos preços controlados pelo Governo nesse patamar. Serão 70% de reajuste na energia, sem falar no combustível, sem falar na votação recente do veto do Imposto de Renda, quando, mais uma vez, as pessoas estão sendo chamadas a pagar mais impostos para cobrir o rombo que foi o próprio Governo que produziu.

Daí por que essa insatisfação, daí por que o nível de tolerância do nosso povo ter chegado ao limite! Ninguém aguenta mais pagar imposto, pagar tarifas públicas dos preços que são controlados, naturalmente, pelo Governo, sem enxergar – concederei um aparte ao Senador Cristovam, ao concluir este raciocínio – uma só medida, uma única que seja, por parte do Governo Federal, na iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff, de diminuir o tamanho do Estado.

Quando nós falamos em 40 Ministérios, há, é óbvio, um aspecto retórico, figurativo nesse exemplo, mas ele é representativo para mostrar que você não pode cobrar do trabalhador mais impostos e não diminuir um Ministério, não cortar um único cargo comissionado. E são milhares e milhares de cargos comissionados! O

mais absurdo é que, na semana passada, o Governo queria aprovar, na Câmara, mais criação de cargos. Criava um instituto de acompanhamento, eu acho, das universidades – o Deputado Pedro Cunha Lima, jovem representante da nossa amada Paraíba, trouxe-me a notícia –, criando mais 150 cargos, com salários altíssimos.

Isso não é possível! Basta! Chega! É o que o povo está dizendo!

Nós não vamos trabalhar, suar nossa caminha, pagar impostos para ter um Governo perdulário, que gasta de forma descontrolada, que tem uma estrutura inchada, que tem um Estado aparelhado, com nosso dinheiro, com nosso suor, com nosso trabalho! E, como se não bastasse tudo isso, há esses escândalos de corrupção.

Então, vejam só: a população já não tem educação que preste, infelizmente. Alguns avanços foram alcançados, mas estamos longe ainda da educação transformadora, revolucionária, de que o Brasil precisa. De saúde nem se fala! Não há prestação de saúde para nossa gente. Segurança? As pessoas estão em pânico, as pessoas vivem apavoradas. Então, o Estado, o Governo Federal já não presta serviços de saúde, de educação e de segurança, para ficar nesses três itens, e está cobrando imposto, aumentando a carga tributária.

Para completar, há esses escândalos de corrupção. Eu disse, na sessão do Congresso Nacional, quando eu estava encaminhando pela derrubada do veto da Presidente Dilma Rousseff ao reajuste da tabela, que todo aquele esforço que o Governo fazia representaria algo em torno de R\$900 milhões, ou seja, três Baruscos. Um Barusco representa R\$300 milhões. São R\$300 milhões! O Sr. Pedro Barusco esteve na CPI recentemente e disse isso com a cara mais lisa do mundo. Quando você lê um depoimento, isso já impacta. Agora, quando você vê, de viva voz, com a inflexão da palavra, a tranquilidade e a naturalidade com que ele fala em US\$300 milhões! São US\$300 milhões! É um gerente da Petrobras. Aí você imagina o que está acontecendo nas outras diretorias da Petrobras, no BNDES, na Eletrobras. Todos estão sob suspeita.

Pois bem, todo esse esforço é feito para arrecadar mais do povo brasileiro, do assalariado, porque a faixa dos 4,5% vai até quem ganha R\$4 mil. Então, haverá, sim, um aumento do Imposto de Renda para o trabalhador brasileiro, para o assalariado, dentro desse esforço do chamado ajuste fiscal, que equivale a três Baruscos. São três Baruscos!

Então, isso não é possível mais. É preciso que o Governo tenha consciência da gravidade do instante e pratique esse gesto de humildade. Nós, da Oposição, estamos dispostos a dialogar desde que haja sinceridade nessa proposta, desde que haja uma agenda para o Brasil.

Nós não votaremos uma só iniciativa do Governo da Presidente Dilma Rousseff na direção do ajuste fiscal sem que ela se reporte ao Brasil pedindo desculpas, sem que ela aponte os caminhos do crescimento econômico, do apoio à indústria. Que não se fique apenas na postura até então demonstrada pelo Ministro Joaquim Levy de ser o grande tesoureiro do Brasil que quer arrecadar e tão somente arrecadar para tapar um buraco que foi provocado pelo próprio Governo Federal.

Eu escuto, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Cássio, toco em alguns pontos. Primeiro, o senhor foi um dos que levantaram aqui o risco da inflação dos pobres, que é o IPC-C1, se não me engano, que está bem maior do que o IPC comum. Pois bem, o que nós vemos é que, de fato, hoje, saiu o número, que está mais alto. Pelo que saiu, que está bem perto dos dois dígitos, em cinco anos, os que ganham abaixo de certo nível estarão perto de ter uma inflação de 50%. Ou seja, em cinco anos, a Bolsa Família perderá 50% se não for reajustada ou, eu diria mais, se não for indexada, o que é um perigo. Essa é mais uma maneira de descumprir o prometido na campanha. A Presidenta insistiu com a ideia de que, se ganhasse algum dos seus opositores, a Bolsa Família seria eliminada. O Senador Cássio se lembra disso. Ela dizia: “Se ganhar um dos meus opositores, vai acabar a Bolsa.” Há duas maneiras de acabar a Bolsa Família. Como não se aprovou a proposta – que, aliás, foi do Senador Serra – de fazer política de Estado de tal maneira que nenhum Presidente pudesse acabar sem mudar uma lei, uma das maneiras seria a revogação dos instrumentos legais que criam a Bolsa. A outra é a inflação. A inflação é uma forma de acabar devagar a Bolsa Família. Então, o senhor tinha razão quando levantava esse risco. Segundo, quero dizer da minha satisfação de vê-lo reconhecendo vantagens, avanços que os governos brasileiros têm feito, independentemente do partido. Até os militares, contra os quais lutamos tanto, também fizeram coisas positivas para o Brasil. O governo Lula as fez também. No Governo Dilma, também há algumas coisas, que se estão perdendo, mas que existem. Eu acho positivo dizer isso para cobrar deles a necessidade de dizerem os erros que cometeram como forma de a gente dialogar, conversar. E aí são duas coisas diferentes: uma é reconhecer o erro; outra é pedir desculpas. Reconhecer erro é uma questão técnica, simplesmente dizendo: nós estimamos de modo errado as decisões que tomamos. E que peça desculpas pelo fato de, durante a campanha, ter escondido isso. Nesse caso, é uma desculpa política. O outro é um reconhecimento técnico. Creio que, sem isso, fica difícil dialogar. Sem dialogar, o ajuste chega sem legitimidade e não será levado adiante. Finalmente, quero dizer que, se os técnicos ao redor da Presidente não quiserem apresentar erros, porque não os reconhecem, fiquem à vontade de me pedir, de ler um discurso que nós fizemos aqui,

que o senhor fez e tantos outros, de que essa lista chegaria a eles muito rapidamente. Talvez, até, fosse melhor eles nos perguntarem: “Quais foram os erros?” A gente manda, e eles, talvez, até digam: “Não foi erro, por isso é isso.” Aliás, pensando melhor, vou tomar a iniciativa de mandar esses erros, pelo menos aqueles em relação aos quais eu alertei a tempo; e até percebi, talvez, alguns depois. Vou preparar essa lista como forma de colaborar com o Governo, para que o Governo ou rebata, mostrando que eu estou errado, ou reconheça e diga: “Muito bem, mas, agora, depois do erro que nós – eles – cometemos, o problema é de todos.” E, se o problema é de todos, vamos ter que encontrar solução todos nós juntos.”

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Agradeço, Senador Cristovam, por mais esse aparte. Aliás, estamos sempre dialogando neste plenário, nas Comissões, nas dependências da Casa, até fora dela. Tenho em V. Ex^a, sempre uma referência muito importante de lucidez, de clarividência política, de maturidade. Eu fico a pensar o quanto Pedro Simon faz falta nesta Casa, nesse instante, inclusive, devo procurá-lo, nos próximos dias, para dialogar, para conversar sobre todo esse instante do Brasil.

Louvo a iniciativa de V. Ex^a de apontar esses erros e, talvez, de ajudar o Governo. E não será nem sequer um jogo de sete erros, porque são centenas de erros. Refiro-me àquela brincadeirinha do jogo dos sete erros, dos passatempos das revistas. O Governo fez muito além do que sete erros. Fez um conjunto de erros que, de fato, levam a toda essa situação crítica, grave que o Brasil vive.

Retomando o ponto central do aparte de V. Ex^a, sobre a inflação dos pobres, no último final de semana, eu fui à Paraíba, à minha querida e amada Paraíba, e visitei várias cidades: estive em Serra da Raiz, estive em Sertãozinho, Guarabira, Sousa, São José da Lagoa Tapada, em Aparecida, Condado, Malta, Patos, Juripiranga, Campina Grande e João Pessoa. Então, de sexta-feira até segunda, fiz um périplo longo por várias cidades do Estado, em vários eventos, inclusive na posse da Federação das Câmaras de Diretores Lojistas do nosso Estado.

Depois de muitos anos, Senador Cristovam, ouvi o depoimento de prefeitos, como, por exemplo, o Prefeito André Gadelha, de Sousa, que é uma importante cidade do Sertão paraibano, que disse: “Cássio, depois de muitos anos, algumas pessoas estão indo à prefeitura pedir comida.” É o maior atestado da inflação dos pobres, da inflação do Bolsa Família.

O Bolsa Família já não consegue suprir mais as necessidades básicas da nossa população. Depois de muitos anos, essa população que vive na faixa da miséria, os mais desprotegidos economicamente, começam a voltar às prefeituras, uma cena que foi vista durante décadas no Nordeste e no Norte do Brasil, para pedir alimentos, pedir comida. O Prefeito André Gadelha trouxe esse testemunho, que foi confirmado por outros prefeitos com os quais estive e pela percepção das pessoas com as quais conversei durante essa minha última ida à Paraíba, na semana passada, visitando todos esses Municípios, de sexta-feira a segunda-feira.

Sr. Presidente, concluo aqui o meu pronunciamento. O Senador José Medeiros está inscrito, e eu não quero ser indelicado, abusar do tempo na tribuna, mas ficam, então, esses conceitos importantes por parte do PSDB – falo pela Liderança do PSDB –, mas, sobretudo, a necessidade que temos de apoiar as instituições, de fortalecer o Ministério Público Federal e, em nenhum instante, tentar desestabilizar o Procurador-Geral da República. É hora de que todos aqueles que queiram a verdadeira mudança do Brasil se unam, para que nós possamos construir o Brasil melhor que todos nós queremos, sonhamos e haveremos de ter.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cássio Cunha Lima, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Esta Presidência, antes de anunciar o Senador José Medeiros, designa o Senador Antonio Anastasia como membro suplente em vagas existentes para integrar as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às **Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, de 2014, e nº 668, de 2015**, conforme os **Ofícios nº 57, nº 56 e nº 58, de 2015**, respectivamente, da Liderança do PSDB.

Os ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 57/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico Senador ANTONIO ANASTASIA para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 664, de 2014.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

Ofício nº 56/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador ANTONIO ANASTASIA para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 665 de 2014.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

Ofício nº 58/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador ANTONIO ANASTASIA para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 668 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaríamos de convidar o Senador José Medeiros para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, tal como ocorreu no mensalão, revivemos, hoje, ante o escândalo da Petrobras, mais um exemplo do quão devastador pode ser para o País o fato de permitirmos que se estimule a manutenção desse ambiente tão propício à corrupção. No meu entendimento, para muito além de intensificar as investigações de identificar e punir culpados, é indispensável que instituíamos mecanismos preventivos com medidas eficazes para coibir a proliferação de tanta improbidade. Estou convencido de que um desses mecanismos reside na adoção de um modelo diferente de financiamento de campanha.

Recentemente, o nosso Bloco, que é composto pelo PSOL, pelo PCdoB, pelo PSB e pelo PPS, decidiu entrar de cabeça na discussão da reforma política. E, entre as sugestões, está o fim da reeleição e está também a defesa do fim do financiamento de campanhas por parte de empresas jurídicas.

Hoje em dia, ser tesoureiro de partido político, Sr. Presidente, constitui, na verdade, uma atividade de risco. O tesoureiro de um partido, na verdade, é um preso em potencial. As possibilidades de desvio de conduta, em meio à lógica já subvertida de uma estrutura viciada, sobretudo pela flexibilidade das brechas legais e pela contumácia da tolerância para contradições arraigadas em comprometimentos espúrios, demonstra a inevitável falência do atual sistema de captação de recursos para disputas eleitorais.

Na verdade, o financiamento de campanha é uma caixa-preta que precisa ser aberta, destruída, e deve-se começar do zero. As campanhas se parecem, cada dia mais, com um roteiro de filme de Hollywood.

Parecem *trailers* de filmes: câmeras com movimentações dignas de grandes cineastas, recursos visuais, e a grande verdade é que isso custa. E custa muito. Qualquer pequeno filme hoje está na ordem de 4 ou 5 milhões, e as campanhas já se aproximam disso. Hoje, a preocupação de uma campanha é a produtora, são os recursos visuais, a parte de mídia, a parte de *marketing*, que é nociva, não só do ponto de vista do custo e do que isso advém, mas também do ponto de vista de que os candidatos se tornaram atores.

Hoje, a Presidente Dilma colhe o desgaste de ter sido dirigida por diretores, por cineastas, por marketeiros que criaram um Brasil ideal. Hoje, ela paga pelo que vendeu. O País está cobrando a fatura, porque as pessoas compraram aquilo.

Há poucos dias, postei no Twitter que não vejo que a Presidente Dilma enganou. Não vejo. Sou contrário a essa discussão de *impeachment*, porque ninguém votou enganado. O PT estava, há 12 anos, no poder. Todo mundo sabia e sabe de cor o discurso. Agora, veio um programa eleitoral benfeito, bem produzido e caro, mas a discussão também não é essa. Estamos a falar justamente desse escândalo que ora incomoda o País.

O relacionamento promíscuo entre empresas doadoras e a classe política corrupta pode ser evitado por meio de um novo sistema que estabeleça o financiamento público exclusivo, ou que, no mínimo, limite drasticamente a arrecadação, permitindo apenas quando proveniente de pessoas físicas e impondo um teto para

as doações, além de assegurar absoluta transparência na prestação de contas. Urge que empresas não possam mais doar para receber em troca vantagens futuras. A gente tem que entender que não existe almoço grátis. Se o cidadão tem uma construtora ou se ele tem qualquer outra empresa, e ele doa, ele vai querer receber.

Urge reduzir a influência do poder econômico no resultado das eleições. Urge tornar as campanhas mais simples e mais baratas. Acredito que tal urgência deva sobrepor-se a todas as outras, no contexto das reformas que o Brasil reclama ante a crescente sangria desatada que diariamente irriga inconfessáveis interesses e drena bilhões dos nossos cofres.

Há pouco, estava aqui, na tribuna, o Senador Cássio Cunha Lima, que levantou um tema até interessante: nós já temos a moeda “barusco”: um barusco, dois baruscos, três baruscos.

Realmente, foi impactante e assustadora a forma como foi colocado o assunto ali, na CPI da Petrobras, por esse senhor. No momento em que ele falava, não conseguíamos nem imaginar aquelas somas vultosas, vertendo da principal empresa brasileira.

Nesse tempo inteiro, desde pequeno, ouço que o petróleo é nosso e, depois, posteriormente, que a Petrobras é nossa. E fica aqui uma pergunta: “Nossa”, de quem, cara pálida? “Nossa”, de quem? Do Barusco, do Sr. Paulo Roberto Costa, de um partido político? A Petrobras, por 60 anos, foi uma empresa sólida, uma empresa que deu orgulho nacional, mas a grande verdade é que o brasileiro, hoje, vê o Sr. Barusco falando na TV, vê a lista do Procurador, Sr. Janot, e acho que fica se perguntando: “Petrobras, nossa?”

A Petrobras é nossa, mas, quando o brasileiro atravessa a fronteira, compra gasolina no posto com a bandeira da Petrobras por metade do preço, por metade do que paga aqui, no Brasil.

Recentemente, foi cantado em verso e prosa que tínhamos conseguido autonomia em petróleo. Recentemente, regozijamo-nos com a descoberta do pré-sal, tecnologia nossa. Eu compararia, proporcionalmente, o pré-sal ao Pró-Álcool. Lá atrás, quando houve a crise do petróleo, o Brasil descobriu uma nova tecnologia; ficamos protegidos da crise, porque tínhamos descoberto um novo produto.

O Brasil tem sido ator energético importante no cenário internacional. É por isso que nos preocupa essa crise da Petrobras. Essa crise não é só da empresa Petrobras. Essa crise afeta o interesse nacional. Não se engane: aqui, não se está falando só de uma polarização entre PSDB e PT, não se está falando só em quem é contra o Governo Dilma ou a favor do Governo Dilma. Essa crise é para refletirmos.

A crise da Petrobras é maior do que as dificuldades da empresa, ela passa um pouco pela soberania nacional também.

Não pensemos nós que essa crise não está sendo vista com interesses, os mais diversos possíveis, por países, por especuladores. Agora mesmo já sabemos que as ações ordinárias da Petrobras caíram cerca de 60%. Interessa a quem isso? O Brasil fraco energeticamente interessa a quem? E essa crise serve para refletirmos, refletirmos principalmente – eu não diria manobra – numa compra de ações.

Existe um investidor que todos no mercado financeiro conhecem, alguém que já foi designado como “o grande acabador de países” – esse foi o termo na época colocado, porque ele especulava no momento da outra crise que houve, há uns 10 anos. George Soros era conhecido como o especulador que atacava economias, e os países tinham pavor dele, porque ele é um hábil negociador do mercado financeiro. No entanto, passaram quase despercebidas as grandes compras que esse investidor fez de ações da Petrobras. Vejam bem: por que um experiente homem do mercado financeiro, um experiente negociador, compraria as ações da Petrobras? Está comprando justamente porque a Petrobras é uma empresa de excelência, é uma empresa de ponta, e é uma empresa que tem jeito.

Precisamos avançar da retórica política para começar a pensar nos interesses nacionais – governo, oposição e todos nós –, no sentido de podermos ver o patrimônio que temos e de que essa empresa pode começar a ser a Petrobras dos brasileiros, não a Petrobras do PT, não a Petrobras do Barusco, do Paulo Costa ou de quem quer que seja.

E hoje, se essa crise está instalada, foi por falta de habilidade, porque, como nós vimos aqui a Sr^a Venina denunciar ao País, ela várias vezes tentou alertar e, em vez de investigarem o que ela dizia, mandaram-na para a Tailândia, ou para Singapura. Isso nos faz pensar que não estavam preocupados com a Petrobras brasileira.

O certo é que veio a investigação e, no jargão policial, a casa caiu.

A casa caiu, mas dá para comemorar como Oposição? Não, não dá para comemorar.

Neste momento, nós precisamos é nos preocupar com algumas coisas. Primeiro, com a imagem da Petrobras, porque a cada dia ela se torna... O mercado vive de especulação e, quanto mais se ataca a imagem da Petrobras, menores ficam os valores de suas ações. Eu creio que, neste momento, o Governo brasileiro tem uma responsabilidade imensa, até porque foi este Governo que criou esse imbróglio todo – se não criou, pelo menos é responsável.

Não sou especialista em mercado financeiro, não sou um homem do mercado, mas, se as ações estão em baixa, que o Tesouro possa agir. Assim como já houve salvamento dos bancos, do mercado financeiro e de diversos setores, que possa haver um plano B, um plano de salvação para a Petrobras. Que o Tesouro possa, já que as ações estão em baixa, recomprar essas ações. Vamos começar um plano de tornar a Petrobras, realmente, uma empresa do Brasil, uma empresa brasileira, para que o brasileiro possa bater no peito e dizer: "A Petrobras é nossa."

Que a Petrobras não seja mais usada para manter projetos políticos. Precisamos, inclusive, blindá-la contra isso, porque todos que entendem do setor dizem que, se o preço do combustível não tivesse sido artificialmente mantido, a empresa estaria em melhores condições. Hoje, inclusive, seria possível falar em combustível com menor preço.

Sr. Presidente, como eu havia falado: a quem interessa um Brasil energeticamente pobre? Nós competimos, no cenário internacional, com países poderosíssimos. V. Ex^a mesmo fez um discurso ontem sobre o nosso Estado, que é exportador de *commodities* e que padece, imensamente, por falta de infraestrutura logística. V. Ex^a está há quase 30 anos batendo na mesma tecla: que nós precisamos ser competitivos. E precisamos, mas nós competimos com países que têm boa infraestrutura.

Vou citar como exemplo os Estados Unidos, que são ponta em termos de infraestrutura, são ponta em termos de hidrovias, em termos de ferrovias, de rodovias, dos mais diversos tipos de logística, e são nossos concorrentes diretos na exportação de *commodities*. E nós temos uma dificuldade imensa em focar nesse setor.

O Estado do Mato Grosso, por exemplo, tem só uma rodovia praticamente, um grande corredor. Temos duas rodovias principais – BR-364 e BR-163, que em determinado ponto se sobrepõem e criam uma cintura no País – e alguns pedaços de rodovias, é isso o que temos para competir com países que têm uma verdadeira teia de aranha em termos de infraestrutura.

Então nós ficamos nesse cenário em que não temos infraestrutura, com a nossa logística arrebitada, o nosso setor energético dependendo de políticas que têm começo, às vezes chegam ao meio, mas não têm fim. Não temos um plano nacional que determine para onde este País está indo em termos de energia. Aí fazemos descobertas com tecnologia brasileira, começamos a tirar petróleo em águas profundas, descobrimos o pré-sal, descobrimos como tirar energia, como criar petróleo a partir de recursos vegetais como o álcool, mas não há continuidade. Começamos um programa de gás, e ele para no meio do caminho. E agora nós temos uma Petrobras que, além de ser uma empresa de petróleo, faz o papel de agência e faz papéis os mais diversos possíveis. Não existe um foco, porque a Petrobras acaba cuidando de gás, de biodiesel, de álcool, dos combustíveis fósseis – cuida até de setores que têm interesses conflitantes entre si.

E fica a pergunta: para onde nós vamos? Na verdade, precisamos de um rumo, de um projeto energético para que possamos ser atores principais no cenário internacional, para que o Brasil possa evoluir de coadjuvante para protagonista.

Sr. Presidente, no meio desse imbróglio todo, dessa confusão toda criada por falta de planos, de planejamento em relação a coisas que mudam, surge esse cenário da Lava Jato. Todos lamentamos, mas também é uma oportunidade, porque toda crise gera uma oportunidade. Infelizmente, vemos a Presidente Dilma perder uma oportunidade atrás da outra, mas temos que ter em mente – o Senado Federal, a Câmara Federal, o Legislativo brasileiro e todas as instituições, todos os brasileiros – que os nossos adversários, os nossos concorrentes no cenário internacional não perdem tempo.

Assim foi na história. Não queremos demonizar países, mas vou citar os Estados Unidos novamente, que é hoje nosso concorrente. Quando digo "não demonizar" é porque não temos preconceito, creio que temos que ter o nosso vizinho mais rico como parceiro. Não se pode colocar ideologia na questão, como fazem alguns países vizinhos, demonizar os norte-americanos e, assim, prejudicar o País. Eles são a principal economia. Queremos negociar com os norte-americanos, mas temos que ter em mente que são nossos concorrentes e vão defender, em princípio, o modelo e o estilo de vida norte-americano – e estão corretos nisso. Agora, temos que ter em mente que precisamos proteger o que é nosso. Precisamos, sob pena de não sobreviver, saber que os interesses externos estão aqui e não nos são favoráveis.

Agora mesmo estávamos falando – sem querer sair do assunto – sobre a greve dos caminhoneiros. O Senador Blairo Maggi fez um discurso aqui dizendo que o País tinha que se preocupar com isso, porque uma greve de caminhoneiros já derrubou um país. Eu me lembro, a história está aí para dizer, que a greve de caminhoneiros da década de 70 que derrubou Salvador Allende – a história conta, não sou eu que estou dizendo – foi patrocinada pela CIA, foi patrocinada pelos Estados Unidos. O governo não percebeu e deixou a greve fluir. Ela começou a travar todos os setores e culminou com o golpe violento de Pinochet.

Não quero fazer julgamento aqui – era um momento político, os norte-americanos tinham seus interesses –, o que quero colocar é que nós não podemos nos dar ao luxo de errar tanto com uma coisa tão importante, com nossos assuntos tão importantes, porque os outros países estão aí competindo.

Nós fazemos parte dos BRICS, bloco econômico composto por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, e vejo que começamos a perder frente a esses países. Estamos perdendo do ponto de vista energético, estamos perdendo em termos de educação.

Agora há pouco falava com o Senador Cristovam Buarque, Senador Wellington Fagundes, que a Índia já exporta serviços para diversos países, e serviços com qualidade. O imposto de renda de boa parte dos norte-americanos é feito por contadores da Índia; boa parte das empresas seguradoras norte-americanas terceiriza os serviços de *call centers* para profissionais na Índia. E fica a pergunta: e nós? Bom, nós estamos exportando *commodities*. As poucas ilhas de excelência de alta tecnologia, nós estamos negligenciando, como é o caso da Petrobras.

E nós temos potencial. A indignação fica porque nós temos potencial para fazer. Por exemplo, nós tínhamos a Engesa. Quem aqui não se lembra da Engesa, que fabricava tanques de guerra, que fabricava tratores de alta tecnologia? Sucateamos. Agora parece que está em curso o sucateamento da Petrobras.

Recentemente, a Aeronáutica, através da Embraer – projeto nosso, projeto brasileiro, Senador Wellington –, fabricou um dos aviões mais modernos do mundo, cujo voo inaugural foi há cerca de duas semanas. Tecnologia nossa.

Como podemos ser competentes? Temos *know-how*, e por que não fazemos? Precisamos usar essa crise para refletir sobre isso. Nós temos capacidade, temos um clima favorável, temos um imenso país. Podemos ser protagonistas.

Eu fico preocupado e me lembro do pensador, Senador Wellington: quem se comporta como verme não pode reclamar quando é pisado. E nós não podemos nos comportar como rastejantes nesse cenário internacional, porque temos potencial.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Medeiros, gostaria de apartear-lo em relação a esse aspecto. V. Ex^a aborda vários assuntos, mas principalmente o da dependência brasileira. Eu acho que é importante essa análise tanto de parte da situação como da oposição.

Há pouco, ouvimos outros pronunciamentos, em que Senadores da oposição já se dizem preocupados com a crise, mas buscam entendê-la. V. Ex^a aborda assuntos importantes em relação a esse aspecto, com o que já aconteceu no passado. Por exemplos, na década de 1950, os Estados Unidos tiveram uma superprodução de trigo. Naquela época, o Brasil não consumia trigo, consumia basicamente milho, para fazer broa de milho, que era o que sabíamos produzir, costume oriundo dos indígenas. Na época, os Estados Unidos começaram a exportar o trigo. Veio uma aliança para a renovação e o Brasil mudou seus costumes. Ainda hoje, o Brasil é um grande importador de trigo. Ou seja, mudamos nossos hábitos alimentares e passamos a ter total independência, sem precisar importar um produto que faz parte da atual cesta básica brasileira. Quando se fala em inflação, a primeira preocupação do brasileiro é com o pãozinho de todos os dias.

Então, não só no que se refere à questão estratégica da comunicação, da espionagem, mas com relação a tudo o que existe reinando no mundo. Agora, é claro, nós não podemos, como V. Ex^a afirmou, deixar de ter as nossas relações internacionais. Também não podemos discriminar, é claro. Nosso maior parceiro ainda são os Estados Unidos, o maior importador e exportador do mundo. Há pouco tempo, os Estados Unidos passaram por uma grande crise, e hoje estão se restabelecendo em razão da sua inteligência, da força econômica e estratégica. Mas também em relação à Europa e à Ásia, para onde também exportamos, principalmente nossas *commodities* do Centro-Oeste.

Claro que queremos agregar valores. Ontem, fazíamos aqui um debate, e eu enalteci a inauguração, no Rio de Janeiro, do Porto do Futuro, um investimento de R\$1,8 bilhão, que vai fazer com que o Brasil tenha maior capacidade de estruturação na sua importação e exportação, diminuindo o custo Brasil.

Então, quero aqui parabenizá-lo, pois V. Ex^a, como Parlamentar de oposição, expressa também essa preocupação estratégica de o País saber que esta crise não pode ser uma crise para prejudicar ainda mais o País e principalmente a nossa população. Temos que ter maturidade, oposição e situação, a fim de encontrar o caminho.

Lá no Rio de Janeiro, a Presidente Dilma fez um discurso em que sinaliza que precisa conversar com a oposição. Realmente, todos cobram humildade e bom senso do Governo de admitir alguns erros. É claro, é óbvio que erros acontecerão e sempre acontecerão. Por isso a negociação, como V. Ex^a busca. Chamar o Governo para um entendimento político é fundamental. Isso mostra a maturidade tanto de V. Ex^a como de outros Senadores que aqui já falaram.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Wellington, muito obrigado pelo aparte.

Creio que, sem jogar confete, V. Ex^a, como parceiro, viajou ontem com a Presidente Dilma e tem muito a contribuir nesse processo. V. Ex^a, na sua trajetória política, sempre passou isso e deixou essa lição. Eu já vi V. Ex^a perder uma eleição no domingo e na segunda-feira se reunir com o vencedor e se propor a ser um parceiro da administração. Precisamos disso neste Governo.

Lembro-me que Ulysses Guimarães disse certa vez: “Política não se faz com emoção”. Até porque nossos mandatos não são a extensão das nossas vontades, dos nossos desejos ou das nossas raivas. Nós estamos aqui representando os Estados, nós estamos aqui representando o País.

A população que domingo vai para as ruas está indo justamente porque ficou frustrada com ações de seus representantes. E ações como a de não querer conversar, de se isolar. Porque, na verdade, a grande verdade é que ninguém detém a verdade. A grande verdade é que, no momento em que você tem a responsabilidade de comandar um país deste tamanho, um país com tal importância no cenário internacional, você precisa da situação, da oposição, dos independentes e de todo o mundo, para conseguir fazer frente às demandas, que são inúmeras, nós sabemos.

Estamos no momento em que se diz, à boca pequena, que o País está à beira de uma quebradeira, que está em dificuldades financeiras e por vários motivos. Agora, cabe a nós fazer o quê?

O Senador Cristovam perguntou: “Qual é o caminho?”. Esqueçam a polarização. Vamos esquecer os partidos, vamos esquecer as correntes. O que estas pessoas, que estão aqui colocadas pelo povo brasileiro, vão fazer?

Ontem alguém disse aqui desta tribuna: “Não se enganem, a manifestação de domingo não é contra a Presidente Dilma, não é contra o PT, é contra a classe política”. E eu até digo: o político que tiver a coragem de ir até lá corre sério risco de ser enxotado, porque a indignação é contra tudo que aconteceu.

Vou citar aqui o comediante Rafinha Bastos, Senador Wellington Fagundes. Sobre as manifestações de junho de 2013, ele disse certa vez, definindo as manifestações, porque ninguém entendia muito bem o que estava acontecendo. Perguntado, ele disse que ia comparar essa população que estava na rua com aquela esposinha que se casou novinha. Todo dia o marido chegava em casa, ela colocava o chinelo e a toalha no lugar certo, e ele cada vez exigindo mais. Colocava os pés no sofá, todo folgado, cada vez mais folgado, e os anos foram se passando. Certa vez, ele estava no banheiro, e pediu: “Traga-me o xampu”. E ela, num acesso de raiva, quebrou o *closet*, quebrou tudo. Quando ele saiu do banheiro, ela já estava com a mala pronta, pegou o carro e saiu. E ele ficou se perguntando: “Mas por causa de um xampu?”. Não era o xampu. E agora, novamente, a população na rua.

Eu creio que perdemos uma oportunidade. Naquele momento, em junho, esta Casa e a Casa coirmã se debruçaram sobre os grandes temas nacionais e fizeram um aporte que deu, naquele momento, vazão às inquietações da população.

Mas creio que nos acomodamos. E creio que o próprio Governo Federal deixou passar uma oportunidade, porque viu o que havia acontecido. Mas foi para a televisão e vendeu um projeto bonitinho. E eu até digo: se o programa do Santana tivesse sido menos um pouquinho, neste momento a Presidente Dilma não estaria nessa dificuldade.

Agora cabe, para fechar isso, o que V. Ex^a citou aqui: é preciso conversar, é preciso chamar os diversos atores e conversar. E, principalmente, humildade, porque, com todo respeito pela Presidente Dilma, o que tenho ouvido aqui, dos seus Pares, que não ousam obviamente talvez externar isso, é que não tem havido conversa com os aliados.

Estamos falando aqui de todos esses assuntos, Excelência, porque é o que nos avizinha. Domingo haverá manifestação. E, não se enganem, ela será grande. E quando falamos de Petrobras, listas e mais listas, isso tudo é combustível para a indignação de domingo.

E faço aqui um apelo ao Governo: não coloque a polícia. Estou sabendo, Sr. Presidente, que está sendo preparada uma grande operação, de todos os setores policiais, o Exército na rua. Não façamos isso, deixemos o povo extravasar.

Eu aqui quero fazer um reparo. Creio que uma das maiores lideranças deste País, se não a maior, cometeu um erro, talvez o maior erro da sua vida política, ele que sempre se portou como um democrata. O ex-Presidente Lula jamais poderia, como bravata ou intencionalmente, ter dito aquela frase de que ia convocar o exército do Stédile. Tentou lançar essas manifestações para a oposição, numa estratégia política. Ela não é da oposição. Se a oposição for lá será enxotada. A forma como os partidos de oposição estão se comportando, Sr. Presidente, é a seguinte: até apóiam, mas sabem que, se forem lá, serão enxotados. O Presidente Lula disse aquela frase e os alopados da Via Campesina e do MST saíram quebrando instituições de pesquisa. Estão nas ruas, de certa forma, querendo apoiar o Governo, mas estão prejudicando o Governo e o País, porque podem gerar conflitos e causar mortes no domingo. Espero que o Governo seja comedido.

Quero deixar esse alerta, assim como alertei aqui na questão dos caminhoneiros, quando falei que ia se espalhar pelo País, e não fui ouvido, assim como outros Parlamentares também não. O Brasil parou e houve desabastecimento. Espero que o Governo desta vez tenha sensatez e não ponha a polícia para enfrentar os manifestantes. É uma manifestação legítima, não contra o Governo, mas contra todos nós.

Preocupo-me muito com o alerta do Senador Cristovam, de que talvez a nossa geração entre para a história como a classe política que não conseguiu fazer frente às demandas do País. Infelizmente, temos que admitir isso aqui, mas temos a oportunidade ainda de rever isso. Se não temos como mudar o passado, que possamos mudar daqui para frente.

Sr. Presidente, voltando ao assunto da Petrobras, eu falei sobre tantas coisas, mas acredito que, hoje, a Petrobras não é só a Petrobras, está ligada a todos os outros assuntos nossos, desde a vida política até a questão econômica, até a soberania nacional. Jamais imaginei que a Petrobras pudesse ter tanta influência na vida nacional, e, agora, vemos que tem.

E talvez até pelo erro de ter se colocado tantas tarefas. Eu acho que podemos rever esse modelo, e o Ministério das Minas e Energia se tornar maior do que a Petrobras, porque hoje eu noto que a Petrobras está maior do que o próprio Ministério das Minas e Energia. Que possamos segmentar, não sei, e colocar foco na empresa, de forma que o País possa fazer um pacto de recuperação dessa grande empresa, e isso tem que ser urgente. Eu creio que tem que ser urgente em relação a todas as outras agendas, porque o Brasil reclama, ante a crescente sangria desatada que diariamente irriga os inconfessáveis interesses de que já falamos aqui e que drenam bilhões dos nossos cofres públicos.

Há pouco, o Senador Cássio Cunha Lima disse aqui que essa grande demanda política que nós tivemos, passamos o dia inteiro, por doze horas, nos debruçando sobre a discussão da correção da tabela, equivalia apenas a três Baruscos, referindo-se aos R\$300 milhões que ele confessou terem sido desviados.

E, para finalizar, quero colocar um pouco a colher também nessa correção da tabela, que penso que foi mais um erro do Governo. Para um Governo que arrecadou mais de R\$1 trilhão no ano passado, pouco significavam esses R\$900 milhões. Nós já estamos com uma inflação de mais de 7%. Uma correção de 6,5% já não cobria nem isso. Então por que não dar o que havia sido enviado? Parece que foi um veto por capricho. Houve todo um desgaste político, desagradando mais uma classe, que é a classe que vai para a rua, a classe média, que é a grande classe pagadora, porque recolhe na fonte, Sr. Presidente.

Então, eu penso que o Governo, se começar a ouvir mais, a conversar mais, vai encontrar soluções, porque existe boa vontade da oposição. Esse caos todo, em que se diz: "Ah, existe golpismo", não existe nada. A oposição neste País, na verdade, foi inexistente. Se há uma coisa que o PT teve nesse tempo inteiro foi um céu de brigadeiro, um mar de tranquilidade para exercer o seu Governo, porque se a oposição não chegou ao poder, foi por incompetência dela própria, porque não fez oposição. Se o Governo não se mostrou competente para colocar um modelo de País, a oposição também não mostrou um norte. E é por isso que temos que avançar além dessa discussão que está aí nas ruas, de coxinha e petralha, e aqui, a polarização PSDB-PT.

Precisamos avançar. Porque, aqui, quando se diz alguma coisa, alguém diz: "Ah, foi FHC", e outro diz: "Foi o PT". Precisamos avançar. O discurso tem que ser maior.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu creio firmemente que devemos nos debruçar não só no intuito de recuperar a Petrobras, mas também de haver uma conversa franca dos atores políticos não para a oposição se aliar ao Governo, não em prol do PSDB, do PPS, do PSOL, do PT, não em prol de cada partido, mas em prol do Brasil.

Estamos aqui eu e V. Ex^a, por exemplo, que representamos o Estado de Mato Grosso, e os nossos amigos mato-grossenses não estão preocupados com essa discussão política, com a polarização entre os partidos. Eles querem saber se a carga de milho que produzem lá em Sorriso vai chegar à China de forma competitiva. Eles querem saber se, ao saírem de Cuiabá para fazer o trajeto de 200km até Rondonópolis, vão ter condições de ir ou se vão demorar seis horas enfrentando aquela estrada. Eles querem saber se o plano de aviação, de regionalização vai funcionar. Eles querem sair de Brasília, de Cuiabá, de São Paulo ou de qualquer lugar e ir para a sua cidade, sabendo que lá vai haver um aeroporto, um voo. Na verdade, as demandas são grandes, e a polarização política não faz frente a essas demandas. A população não quer saber dessa discussão. Ela quer que os problemas se resolvam, e aqui nós temos que dar resposta a isso.

Espero que, domingo, cada ator político deste País possa sair com outra visão, porque talvez esse choque, essa indignação da sociedade – esse será o segundo ato de indignação – possa servir de alerta. E nós temos que saber que as coisas têm limite.

Sr. Presidente, ficam essas reflexões. Esta Casa nada pode fazer, além de debater, de abordar o problema, de alertar. Este é o papel do Legislativo: debruçar-se, ter responsabilidade, preocupar-se com a soberania nacional e também com as nossas dificuldades internas. Para isso, precisamos nos esquecer das emoções, das vaidades e nos preocupar com o que realmente interessa à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Esta Presidência gostaria de convidar o Senador Medeiros para assumir a Presidência, já que também estou inscrito e gostaria de fazer o meu pronunciamento.

Quero parabenizá-lo pela amplitude e propriedade com que V. Ex^a aborda vários assuntos.

O Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, vamos fazer um pronunciamento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher – houve, nesta semana, uma sessão de homenagem, com a participação de Senadores, Deputados e Deputadas –, mas, antes disso, Sr. Presidente, eu gostaria de falar da viagem que fizemos ao Rio de Janeiro, nesta semana, para inauguração do Porto do Futuro. Na oportunidade, também, além da Presidente da República, estava também o Ministro Joaquim Levy. Eu tive a oportunidade de falar com ele e abordar a questão do FEX, que é um fundo de fomento às exportações.

Eu me lembro de que, em 1996, ainda como Deputado Federal, nós votamos a regulamentação do ICMS, uma decisão de todo o Confaz, e, através da Lei Complementar nº 87, a famosa Lei Kandir, aprovamos, aqui no Congresso Nacional, essa compensação. Por ela, os Estados exportadores abriam mão do ICMS, principalmente no caso do Mato Grosso, dos Estados do Centro-Oeste, produtores de *commodities*, principalmente *commodities* agrícolas. Temos que importar muitos insumos e exportar toda essa produção sem nenhum imposto, e isso faz com que Estados como o Mato Grosso, que, hoje, é o maior produtor de grãos do País, tenham a necessidade, para promover o seu desenvolvimento, da devolução, por parte do Governo Federal, desses recursos do FEX, ou seja, da Lei Kandir, como é mais conhecido.

Na conversa que tivemos com o Ministro Joaquim Levy, cobrávamos e perguntávamos a ele por que os Estados exportadores não receberam o recurso do ano passado. Mato Grosso é um Estado que, hoje, tem, também, suas dificuldades. Nós no Estado de Mato Grosso tivemos uma campanha em palanques diferentes dos do Governador eleito Pedro Taques, mas, como V. Ex^a colocou aqui, o nosso objetivo é comum: é trabalharmos para o desenvolvimento do nosso Estado. E nós temos um compromisso com a população de Mato Grosso. E, por isso, estamos cobrando para que o Governo devolva aquilo que é de direito do Estado de Mato Grosso e dos Estados produtores brasileiros.

Aliás, na balança comercial brasileira, a produção agrícola foi fundamental! Sem ela, nós estaríamos aí com a balança extremamente deficitária.

O Ministro Joaquim Levy nos colocou sua preocupação dizendo ser favorável, sim, a que o Governo Federal cumpra com esse repasse dos recursos da Lei Kandir ou do FEX. Claro, há o momento de dificuldade, e ele, como Ministro, tem de buscar o equilíbrio de nossas finanças, mas ele se comprometeu a buscar um caminho para devolver esse dinheiro, esses recursos para os Estados produtores. Nós fazemos questão de estar aqui. Somos Senadores da República, mas fomos eleitos pelo Estado de Mato Grosso e, aqui, nós queremos cobrar isso de toda equipe econômica, da Presidente Dilma.

O Estado de Mato Grosso é um Estado em desenvolvimento, um Estado com 900 mil quilômetros quadrados. Temos uma população pequena, 3,5 milhões de habitantes, mas temos condições de devolver para o Brasil qualquer investimento em tempo muito rápido, muito curto. Do que Mato Grosso precisa? De infraestrutura: melhorar nossas estradas, construir mais estradas. E cada quilômetro de estrada que se constrói em Mato Grosso, porque são estradas em região de produção... Eu já disse aqui, ontem, e volto a repetir: só a região do Araguaia, no Estado de Mato Grosso, tem capacidade de produzir tudo o que se produz em nosso Estado, e só o Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo o que se produz no Brasil nas *commodities* agrícolas, sem nenhuma questão ambiental, sem nenhum impacto ambiental, sem ter que abrir nenhuma nova área. São áreas já abertas, prontas, mais de 4 milhões de hectares; inclusive, muitas delas degradadas e prontas para produzir.

Agora, nós precisamos do entendimento da equipe econômica, da classe política que hoje governa. E, por isso, cobro da Presidente Dilma e de todos os ministros esses investimentos. Nós estávamos falando do FEX, que é devolução daquilo que é de direito de Mato Grosso, mas, além disso, queremos cobrar mais. Estivemos também no Ministério dos Transportes nesta semana com outros companheiros, como o Senador Blairo, e com o Governador eleito.

Aliás, foi a primeira vez que o Governador veio a Brasília e se reuniu com a Bancada, já buscando a parceria da Bancada de Mato Grosso. E aí todos nós queremos ser parceiros. E aí não há a questão partidária. É importante que o Governador Pedro Taques realmente reconheça isso, assim como toda a classe política, porque nós temos um compromisso com esse Estado continental, um Estado de oportunidades como é o Estado de Mato Grosso.

Quero até aproveitar a minha fala para convidar brasileiros que queiram investir no nosso Estado, porque Mato Grosso é o Estado que mais se desenvolveu nos últimos 15, 20 anos. E, mesmo na crise, ainda estamos desenvolvendo, gerando empregos, gerando oportunidades. Então, é um Estado solução para o Brasil.

Por isso, mais uma vez, venho aqui cobrar do Governo Federal a devolução da Lei Kandir.

Também, na semana que vem, deveremos aprovar o Orçamento. E precisamos aprovar o Orçamento, porque é um absurdo por parte nossa, do Governo e do Congresso Nacional – já estamos no final do mês de março –, ainda não termos aprovado o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – V. Exª tem sido de uma felicidade imensa aqui nesta tribuna.

V. Exª ressaltava essa questão do FEX, e é importante até para a população mato-grossense saber o que é o FEX, que é um fundo de compensação da Lei Kandir. Com o advento da Lei Kandir, V. Exª sabe que os Estados exportadores não podem cobrar ICMS sobre a exportação. Então, diminui-se a arrecadação, ou seja, não há arrecadação nenhuma sobre o que exporta. E V. Exª tem levantado aqui, nesta Casa, justamente essa preocupação, pois o nosso Estado é eminentemente exportador. Nós produzimos e exportamos. Portanto, não temos arrecadação nenhuma. Nesse raciocínio, nós contribuimos de forma muito importante para o equilíbrio da balança comercial brasileira. E a grande pergunta aqui, defendendo os interesses do nosso Estado: o que está sendo mandado de volta? O que Mato Grosso está tendo de compensação por isso? Nada. Então, quando V. Exª bate nessa questão de o Governo repassar o FEX, não é uma verba que está mandando para Mato Grosso. É simplesmente uma compensação, e não é nem a compensação total. Por isso, no Estado, só do ano passado, já são em torno de 400 milhões. Mato Grosso, um Estado carente como é, não pode se dar ao luxo de perder um montante desse tamanho.

Parabenizo V. Exª por levantar essa questão, porque o Governo Federal precisa entender que esse ente da Federação, que é cantado em verso e prosa como Estado rico, na verdade, tem ilhas de excelências de riqueza, mas é um Estado carente de tudo, que tem bolsões de miséria que precisam ser amparados pelo Estado mãe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Como eu dizia aqui – quero agradecer o seu aparte –, precisamos votar o Orçamento. O Congresso precisa dar resposta a isso para a população. O Brasil precisa rodar, precisa funcionar, estamos em crise e, por isso, cada um tem que, aqui, fazer o seu papel. E, ao votar o Orçamento, nós vamos permitir que o Governo também faça os investimentos. Como eu dizia, a nossa infraestrutura precisa de investimento, e, agora, vão acabar as chuvas. Em Estados como os da Região Amazônica e, principalmente, do Centro-Oeste brasileiro, a hora de trabalhar, de construir as estradas é agora, a partir de abril.

As empresas, hoje, estão com, aproximadamente, 90 dias sem receber. Estamos falando, aí, da questão dos escândalos envolvendo as construtoras. Isso precisa ser analisado com muita profundidade. Agora, cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Como é que pode, num país de inflação, uma empresa, que está mobilizada com compromissos, ficar 90 dias sem receber? Isso descontrola totalmente. Por isso, é que nós estamos também sendo, aqui, parceiros, e queremos ser parceiros do Ministério dos Transportes. Aliás, o Ministro dos Transportes, Antonio Carlos, que é do nosso Partido, tem demonstrado preocupação. E nós do PR temos essa preocupação, porque temos a responsabilidade de estar à frente de um dos Ministérios mais importantes deste País.

É importante que a equipe econômica libere esses recursos mais urgentes, coloque em dia o pagamento, para que as empresas possam ter a celeridade de trabalhar, agora, principalmente, a partir do início do mês.

Só no Mato Grosso, nós estamos fazendo a duplicação da BR-163-364. É uma das estradas troncais, não só do Mato Grosso, mas do Brasil, porque tudo que demanda a Região Amazônica tem que passar pela BR-163. E o Governo fez a concessão de 1,6 mil quilômetros, sendo 800km da divisa de Mato Grosso até o Paraná e, também, no Mato Grosso, da divisa do Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. São 800km, sendo que a metade desses 800km, 400km aproximadamente, é de responsabilidade do Ministério dos Transportes. O trecho de Rondonópolis até Posto Gil é de responsabilidade do Governo Federal. A concessionária tem lá, já, contratualmente, os compromissos, também. A concessionária está cumprindo o seu papel, principalmente a duplicação entre a divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Rondonópolis. Ela já está construindo as praças de pedágio. Daqui a pouco, vai chegar a hora de se cobrar o pedágio, e a população, com certeza, não vai aceitar se não houver o ritmo de trabalho com a celeridade necessária.

É por isso que nós queremos, mais uma vez, cobrar essa atualização, para permitir que as empresas possam trabalhar. Inclusive, também o trecho de Cuiabá a Rosário precisa ser licitado. Nesta semana, na conversa que tivemos, temos a alternativa da licitação, para que a concessionária assuma esse trecho. Estamos conversando, já conversamos na Casa Civil, vamos conversar com o Tribunal de Contas, para ver a melhor maneira, porque também é um dos trechos mais perigosos do Estado. Aliás, Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil – volto aqui a dizer – é o trecho em que, segundo a Polícia Rodoviária Federal, há o maior volume de acidentes frontais no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – São 280 mortes por ano, já nos últimos cinco anos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É um absurdo! Com a vida das pessoas, a gente não pode brincar! Então, é também a segurança das pessoas. Não é só a questão do transporte das mercadorias. Não é só a preocupação dos caminhoneiros, que se movimentaram e estiveram aqui em greve, mas também é o ir e vir das pessoas.

Por isso, esperamos aqui essa responsabilidade de todos nós, do Congresso Nacional também, para, na semana que vem, votarmos o Orçamento.

Em Mato Grosso, por exemplo, nós defendemos a distribuição do FETHAB, para que parte do FETHAB (Fundo Estadual de Transporte e Habitação), como foi votado pela Assembleia Legislativa, vá para os Municípios, para que os Municípios tenham condições de manter as estradas vicinais. Hoje, a gente fala nas estradas federais, mas tudo se conecta: a estrada vicinal chega à estrada estadual, que chega à federal, que chega à ferrovia e à hidrovia, tão necessária, que a gente também tem de implantar.

Essa questão do FETHAB, sempre a defendemos na nossa campanha. Sempre fomos Parlamentares municipalistas, porque entendemos que é no Município que as pessoas vivem, que é lá que existem os problemas e que a melhor forma de encontrar a solução é exatamente a parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e o Governo Municipal. Aliás, essa parceria tem de ser intensa, porque a maioria do recurso arrecadado no Brasil fica na mão do Governo Federal e do Governo do Estado. São 15% que vão diretamente para os cinco mil e tantos Municípios brasileiros. E os problemas estão lá! As liminares, todos os dias, chegam à mão do prefeito, para serem cumpridas questões da saúde, de uma estrada, enfim. E o prefeito e o secretário, às vezes, ficam ali, sem saberem o que fazer. Com essa judicialização, como é que você organiza um orçamento?

Então, fomos favoráveis à distribuição do FETHAB. Nesta semana, houve uma decisão da Justiça Federal, do Supremo Tribunal Federal, definindo que os recursos têm de ser partilhados com os Municípios.

No entanto, com a mesma coerência com que fomos defender que, em Mato Grosso, os recursos do FETHAB sejam partilhados com os Municípios, da mesma forma, apresentamos aqui a primeira PEC do Senado da República, que é a PEC da distribuição da Cide. Aqui, quero aproveitar para agradecer o apoio dos companheiros Senadores, mas também peço o apoio para que a gente vote rápido. Quero pedir à Presidência para já colocar isso em apreciação, porque os recursos da Cide são fundamentais também para a gente partilhar isso. Hoje, Sr. Presidente, só 7,2% da Cide vão para os Municípios; pouco mais de 70% ficam com o Governo Federal; e 22%, com os Governos dos Estados.

Então, o que queremos é garantir que os recursos da Cide sejam partilhados de forma equânime: um terço para o Governo Federal, um terço para o Governo do Estado e um terço para os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Wellington, quanto a essa questão das contribuições, temos, no Brasil, um histórico ruim. Quem não se lembra aqui do imposto sobre o cheque, que era direcionado à saúde? Era uma ideia boa, mas os governos sofrem a tentação de começar a tirar a finalidade disso. O próprio FETHAB foi criado, mas, em determinado momento, os governos, com dificuldade, começaram a criar jabutis na lei, desviando-o.

Nós temos uma divergência no entendimento disso, porque penso que a Cide deveria ser direcionada para determinada finalidade: se é para estrada, é para a estrada. Mas, como os governos começam a desfocar, a tirar a finalidade dela, compartilho com V. Ex^a que a Cide possa ter um quinhão maior, até porque cai no bolo do Governo. A sensação ruim que fica é a de que essas contribuições que vêm para serem provisórias viram permanentes, e, daí a pouco, nós teremos uma bitributação, uma tritributação.

Veja bem: a Cide, em tese, era para ser também aplicada nas estradas, mas a gente não vê essa finalidade. Em Mato Grosso, já temos também o FETHAB para as estradas. Então, nós pagamos Cide e FETHAB. Em alguns lugares, como V. Ex^a colocou – este alerta é muito importante –, as praças de pedágio estão sendo construídas, e, daqui a pouco, a população vai se revoltar contra o serviço. A população está aceitando até fazer essa tritributação, pagando FETHAB, Cide e pedágio também, mas desde que haja a estrada.

É importante ficar o registro do quê o Governo tem em mente. Coloque velocidade nessas obras, porque não vai poder cobrar pedágio sobre estradas que não estão aptas a...

Ou seja, não se pode cobrar e não prestar o serviço.

Então, é muito importante essa colocação e essa reflexão sobre essas contribuições que surgem, mas que, depois, têm sua finalidade desfocada. Eu acho que é um debate que a gente precisa travar aqui, na Casa. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Quero deixar bem claro à população brasileira e, principalmente, à do meu Estado: sou favorável, defendo as PPPs, as Parcerias Público-Privadas, é importante que novas concessões sejam feitas – o exemplo da concessão no Estado de Mato Grosso é exitoso, com desconto de mais de 50%, ou seja, é uma tarifa exequível, que pode ser cobrada –, mas é claro que têm de ser feitos os serviços. Da mesma forma que as defendi na Câmara dos Deputados, também no Senado eu defenderei novas concessões, mas que também o Governo faça sua parte.

Nesse caso específico, nós temos responsabilidade, o meu Partido, na questão do Ministério dos Transportes. Agora, não se faz estrada sem recursos. Não adianta que o Ministro seja competente, como o é o Ministro Antonio Carlos, se os recursos não chegarem ao Ministério dos Transportes.

É claro que quero também, já que V. Ex^a faz esse aparte, dizer que nós, no nosso Partido, o PL – depois, nós o fundimos com o Prona, transformando-se no PR –, sempre defendemos a reforma tributária. Inclusive,

fomos os idealizadores da ideia do imposto único. Quero aqui reverenciar, inclusive, o Marco Cintra, que foi o autor da ideia. Viajamos Brasil afora para defender a votação do imposto único no Brasil, porque, com a aprovação do imposto único, simplificaríamos o Brasil.

Essa máquina burocrática, com sede de arrecadar, mas também de ter força e domínio, poderia ser simplificada, diminuída. Então, quanto a tudo que se arrecadasse no Brasil, no mesmo dia, o que é da parte da União iria para a União, o que é do Estado iria para o Estado, o que é do Município iria para o Município. Aí não precisaria acontecer o que hoje acontece: o fato de os prefeitos terem de vir à Brasília, como dizem, de pires na mão, para defender a construção de uma creche no Município do interior do Amazonas. O tipo de construção, a qualidade da construção, o tipo de material, quem tem de decidir isso é a fiscalização local. Nós temos hoje o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Câmara de Vereadores e a população, que está lá próximo, para fazerem a fiscalização. Por que um técnico que está aqui, em Brasília, dentro de um escritório com ar-condicionado, e que não conhece, às vezes, a realidade da nossa Região Amazônica vai decidir que tipo de material será utilizado, como será construída uma escola, como será construído um centro de convivência?

Então, essa burocracia faz com que o recurso público demore muito para chegar ao cidadão. É por isso que nós também defendemos uma reforma tributária profunda. Temos de fazer uma reforma tributária e vamos discutir isso aqui em outro momento.

Sr. Presidente, antes de fazer meu pronunciamento em homenagem às mulheres, quero também falar sobre uma decisão que tomamos agora, nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sobre um projeto que cria mais uma Vara da Justiça Federal na minha cidade, na nossa cidade – é a minha cidade natal, mas V. Ex^a também lá vive –, a cidade de Rondonópolis.

Lutamos muito por isso na Câmara dos Deputados. Nesta semana, pedi isso ao Deputado Valtenir, que o relatou. E o projeto já está com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Espero que, na semana que vem, possamos aprová-lo, para termos a oportunidade de criar mais essa Vara da Justiça Federal na nossa cidade.

Rondonópolis é uma cidade polo, é a primeira cidade em termos de arrecadação no interior do Mato Grosso, é uma cidade polo da região sul do Mato Grosso. Portanto, esses processos da Justiça Federal do Mato Grosso acabam sobrecarregando o trabalho daqueles que lá prestam.

É claro que uma Justiça lenta é uma Justiça injusta. Eu, aqui, como Presidente da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, quero, inclusive, agora, como Senador, também trabalhar a melhoria, o aperfeiçoamento desse trabalho, convidando aqui outros companheiros. É uma Comissão Mista. É importante a gente aperfeiçoar a Justiça brasileira. Não vamos discutir isso neste momento, porque precisaríamos falar aqui de forma bastante ampla sobre esse assunto. Mas esse é outro aspecto que a gente precisa discutir.

Até quero aqui dizer do que V. Ex^a colocou agora há pouco. Quero falar sobre as questões da movimentação que teremos agora, sobre a manifestação do domingo. Isso causa preocupação, mas queremos estimular isso, sim! É importante, na democracia, que as pessoas possam se manifestar, mostrar sua indignação. E tenho a certeza que a indignação hoje é com a classe política, mas é também com praticamente todas as instituições. Nós tivemos um mau exemplo agora de um juiz do Rio de Janeiro que se apropriou do carro e do dinheiro daquele que ele estava julgando. Que coisa mais absurda!

Então, a população vai se manifestar contra tudo o que há de errado no Brasil. Nós, da classe política brasileira, temos de fazer uma autocrítica, votando aqui as reformas necessárias, as reformas com que nos comprometemos durante a campanha, como a reforma política, para dar sobrevivência à classe política brasileira. A reforma tributária é fundamental para este País. Enfim, as reformas são necessárias. E aí, em alguns aspectos – vou aqui discutir isto depois, em outro momento –, é claro, sou defensor de ouvir a população.

Acredito que os plebiscitos e os referendos são práticas que têm de ser colocadas no dia a dia. Fazer um referendo não é coisa tão difícil, não. O problema é que isso é cultural. E isso foi defendido na campanha por muitos. Espero que possamos evoluir nesse aspecto também.

Sr. Presidente, venho, ainda neste pronunciamento, com muita satisfação, associar-me às homenagens prestadas nesta Casa e em todo o Brasil pelo Dia Internacional da Mulher.

Congratulo-me também, ainda em tempo, com as vencedoras da 14^a premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Eventos como esse, Sr. Presidente, permitem-nos refletir sobre os avanços obtidos desde aquele dia 8 de março de 1857, em que operárias da indústria têxtil, em Nova York, decidiram protestar contra as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas. Permitem também que prestemos as devidas homenagens às mulheres que lutaram e continuam lutando, especialmente no Brasil, para que esses avanços se tornem cada vez mais consistentes e, principalmente, irreversíveis.

Antes mesmo do massacre ocorrido em Nova York, que viria a inspirar a criação do Dia Internacional da Mulher, a educadora Dionísia Gonçalves Pinto, usando o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, já

publicara, em nosso País, textos seminais, que, hoje em dia, poderiam muito bem ser chamados de feministas. Depois dela, muitas outras brasileiras, todas admiráveis, dedicaram-se, com muito talento e com muita determinação, à causa da igualdade de oportunidade entre gêneros.

O tempo, é claro, não me permitiria elaborar uma lista exaustiva, mas penso que podemos simbolizar a luta permanente de nossas mulheres por seus direitos na figura de Bertha Lutz, a inspiradora desse Diploma, que atingiu agora a 14ª premiação.

Suas principais reivindicações, hoje em dia, parecem-nos quase prosaicas: de um lado, mudanças na legislação que assegurassem igualdade de tratamento a mulheres e homens no mercado de trabalho; de outro lado, a garantia constitucional de que o direito ao voto fosse estendido também às mulheres.

Sr. Presidente, levamos 500 anos, no Brasil, para que a mulher pudesse votar. Aí vem a nossa angústia e a de todas as mulheres nessa questão da igualdade, porque, na lentidão em que estamos avançando no Brasil, talvez demoremos mais 400 anos para ter essa condição igualitária das mulheres em relação aos homens no Brasil.

É por isso que, na época em que foram apresentadas essas bandeiras, elas eram revolucionadas.

Da mesma forma, podemos simbolizar a força das mulheres nas figuras das ilustres brasileiras que receberam o diploma nesta Casa, agora, anteontem.

À estirpe de Bertha Lutz, pertence, seguramente, a Ministra Cármen Lúcia, garantia de competência, equilíbrio e humanidade nas decisões do Supremo Tribunal Federal; a professora Ciara Maria de Oliveira Araújo, autora de importantes pesquisas nos campos da Sociologia e da Antropologia; quero aqui lembrar de Creuza Maria Oliveira, de atuação incansável na Presidência da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; também Ivanilde Pinheiro Salucci, de reconhecida militância na defesa das crianças e dos adolescentes e no combate à exploração sexual e à violência contra a mulher; também a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, única mulher, até hoje, a presidir o Superior Tribunal Militar; e, claro, a Ministra Ellen Grace, que foi a primeira mulher junto ao Supremo Tribunal Federal e que também cumpriu a mesma meta.

Quero aqui lembrar da professora Mary Garcia Castro, autora também de relevantes pesquisas na área da Sociologia; e, *in memoriam*, a psicóloga Débora Martins Bonafé dos Santos, reconhecida em sua Taubaté como a Cidadã Prestante.

A essas dignas representantes das mulheres brasileiras, Sr. Presidente, quero transmitir o meu reconhecimento e a minha admiração. Tenho certeza de que seu trabalho foi e continuará sendo de fundamental importância não apenas para a valorização do gênero feminino, mas também e, principalmente, para o próprio desenvolvimento do nosso País.

Quero falar também, especificamente, do meu Estado, o Mato Grosso; das mulheres do meu Estado.

Nesta semana em que a Presidente Dilma Rousseff assina a Lei do Feminicídio, quero abordar pesquisa divulgada e que aponta Mato Grosso como sendo o 11º Estado com o maior número de homicídios do País. São 5,4 mortes para cada 100 mulheres.

São números que não nos engrandecem. Essa situação tem envolvido vários setores da sociedade, que se unem para reduzir os índices e garantir maior proteção à mulher mato-grossense. Esse é o caso da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso, que promove, desde segunda-feira passada, uma campanha pública intitulada Paz em Casa, com o objetivo de ampliar o diálogo e a consciência pública sobre a violência doméstica.

A Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, responsável pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, diz que os números acima citados são resultado de uma cultura de desvalorização da mulher, em que ela é vista, em muitos casos, como sendo propriedade do homem. Com esse conceito, relacionam-se as agressões, ameaças, estupros, assédios e assassinatos. No ano passado, foram 5.664 mortes de mulheres por violência, e a metade delas ocorreu dentro do lar.

A Corregedora-Geral da Justiça de Mato Grosso, Desembargadora Maria Erotides, defende ações mais efetivas do Judiciário nessa questão. Para ela, a agressão a uma mulher deve ser considerada uma agressão a todas as mulheres.

Quero parabenizar a Desembargadora Maria Erotides, pelo seu trabalho brilhante, desde quando esteve na comarca da nossa cidade, Rondonópolis. Ela sempre foi uma defensora dos direitos humanos e também dos direitos dos animais. Ela nunca aceitava o tratamento degradante ou agressivo a um animal, sem interessar o tipo de animal.

Voltando a falar da campanha, o Poder Judiciário de Mato Grosso está realizando, nesta semana, 25 sessões de Tribunal de Júri, além de 78 audiências de instrução por crimes dolosos contra a vida das mulheres. Isso sem contar as inúmeras audiências que serão realizadas nas Varas de Família. Nada mais adequado, como diz o Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Desembargador Paulo da Cunha: "Nada mais justo, já que a missão da Justiça é promover a paz."

Claro que não se trata de uma causa que deve ser trabalhada apenas pelo Poder Judiciário. Ela deve envolver toda a sociedade, desde o nosso dia a dia, em casa, no tratamento com a esposa, no tratamento com a filha, com a empregada doméstica.

Aliás, houve uma evolução muito grande nesse sentido. Quero aqui parabenizar o nosso companheiro, também do Estado do Mato Grosso, Deputado Carlos Bezerra, autor da PEC das Domésticas, cujo veto da Presidente Dilma apreciamos, nesta semana, no Congresso, no que diz respeito à contribuição previdenciária dos trabalhadores domésticos.

Sr. Presidente, também quero falar aqui sobre a luta das mulheres que merecem destaque na história de Mato Grosso, como Tereza de Benguela, uma rainha negra que comandou o quilombo de Quariterê, em Vila Bela da Santíssima Trindade, a nossa primeira capital de Mato Grosso – poucos sabem dessa história; como já disse desta tribuna, uma capital projetada em Portugal para ser a primeira capital brasileira da costa fluvial.

Essa mulher teve um papel fenomenal, uma liderança política que reinou por 40 anos, ainda no século XVIII. Essa mulher resistiu à opressão imposta pela escravidão e manteve o quilombo durante essas tantas décadas. Sob sua responsabilidade estavam cerca de 80 negros, 30 índios e o comando da estrutura política, econômica e administrativa do quilombo.

Eu quero aqui, também desta tribuna, agradecer à população de Vila Bela da Santíssima Trindade, porque tive lá uma das votações mais expressivas nessa minha campanha. Quase 80%. Quero agradecer aqui ao Prefeito e a toda a comunidade. Ainda é uma comunidade de predominância da população negra. Acredito que seja uma das poucas brasileiras, principalmente no nosso Estado. Por isso, aqui, rendo minha homenagem à cidade e à população de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Quero dizer, inclusive, que lutei muito pela BR-174, levando o asfaltamento, passando por Vila Bela da Santíssima Trindade. Lembro-me que, da primeira vez que lá fui, demorava-se quase cinco horas para se atravessar por meio de uma balsa; depois, uma ponte. Hoje, felizmente, já há ligação asfáltica através da BR-174. É uma luta nossa, e, hoje, essa é uma das BRs bem conservadas do Estado do Mato Grosso.

Outro exemplo, Sr. Presidente, que quero dar aqui, é o de Maria de Arruda Müller, professora e poetisa, que morreu com 105 anos. Tinha uma verdadeira paixão pela profissão de professora. Só deixou a sala de aula aos 86 anos, por razões de saúde, e recebeu do Ministério da Educação a Ordem Nacional do Mérito Educativo.

Essa é uma honra para todos nós, matogrossenses, e, claro, um exemplo também da força da mulher matogrossense.

Maria Müller foi a primeira mulher a conquistar uma cadeira na Academia Matogrossense de Letras e atuou na política, educação, literatura e culturas regionais. Fundou a primeira revista feminina do Mato Grosso, a revista *A Violeta*. Colaborou em jornais como *O Cruzeiro* e *A Cruz*. Em 1942, revelando o seu lado de ativista feminina, fundou a Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância da nossa capital, Cuiabá.

Bem, senhoras e senhores, eu poderia citar aqui muitos outros exemplos de mulheres que estiveram à frente do seu tempo, que enfrentaram muitas adversidades e que venceram nas lutas por mais direitos.

Os números que aqui citei não deixam de ser assustadores e só nos mostram, Sr. Presidente, que as lutas das mulheres brasileiras, representadas pelas brilhantes cidadãs que receberam nesta semana o Diploma Bertha Lutz, devem ter continuidade, para que um dia possamos comemorar a verdadeira igualdade de gêneros em nosso País.

Claro, mas quero aqui também falar de todas as brasileiras que não tiveram a oportunidade de receber essas condecorações, não só aqui, mas em qualquer cidade.

Quero me lembrar também da minha mãe, D. Minervina, que saiu lá da Bahia, com meu pai. Ele foi a pé, e ela, depois, de navio, através do Rio São Francisco, à época, a Maria Fumaça, chegando a São Paulo. Depois, foi num pau de arara para Mato Grosso, o Estado das onças, a um local muito isolado para criar sua família. Teve nove partos. Em um deles, ela teve que se deslocar da fazenda, na roça, para ir até a localidade de Rondonópolis, que não era cidade ainda; estava começando a surgir. Ela estava com um problema de saúde muito grande. Viajava a cavalo, batendo a barriga na cabeça do arreio. Ao chegar a Rondonópolis e encontrar o primeiro farmacêutico da cidade, Conrado Sales Brito – a quem quero homenagear também, ele e sua esposa, D. Luzia –, a criança já estava morta.

Foi com essa luta, com essas dificuldades que mulheres como minha mãe construíram suas famílias. Por isso, quero aqui homenagear todas, lembrar as dificuldades e homenagear também aquelas que tiveram dias mais fáceis.

Não posso deixar de falar também da minha esposa, Mariene, dentista, de Minas Gerais, que, com a sabedoria mineira, foi para Mato Grosso e ajudou muito na minha trajetória. Ajudou-me a criar uma família, com sua inteligência, com sua competência, com sua sabedoria de mãe e de conselheira.

Lembro-me bem, Presidente, da minha primeira campanha eleitoral, em 1990, quando decidi, de última hora, ser candidato. Acordei de madrugada para comunicar à minha esposa que seria candidato a Deputado Federal, minha primeira candidatura. Ela estava grávida, e eu disse que ficasse tranquila, pois ela não precisa-

ria participar da campanha eleitoral, que eu estaria fazendo o meu papel, e ela poderia fazer o dela, de mãe e esposa, ficando em casa. E, para minha surpresa, foi fundamental o trabalho da Mariene na minha campanha eleitoral e em toda a minha trajetória política.

Por isso, homenagem a todas as mulheres e, claro, não poderia deixar de falar daquela que mais amo, daquela que está me acompanhando no dia a dia.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Parabéns, Senador Wellington! É um discurso que realmente faz justiça às mulheres brasileiras, e até emocionado, contando a história da sua mãe. Lindo! Creio que a Drª Mariene deve estar emocionada neste momento, com certeza, por essa linda homenagem aqui.

Viva o amor!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Viva o amor, viva as mulheres e viva a família!

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Muito bem. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 43 minutos.)

Requerimentos de Licença sem ônus				
Artigos 13; 40 e 43, I do Regimento Interno				
REQUERIMENTO	SENADOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
RQM nº 41, de 2015	Magno Malta	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 42, de 2015	José Medeiros	13	De 14/03/2015 a 19/03/2015	Visita oficial à Estação Antártida Comandante Ferraz, a realizar-se na Antártida.
RQM nº 43, de 2015	João Capiberibe	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 44, de 2015	Marcelo Crivella	13	10/02/2015 e 11/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 45, de 2015	José Maranhão	43, I	De 04/03/2015 a 05/03/2015	Licença Saúde
RQM nº 46, de 2015	Rose de Freitas	13	05/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 47, de 2015	Gleisi Hoffmann	13	10/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 48, de 2015	Cristovam Buarque	13	11/03/2015	Participar do lançamento das Ações do Projeto Eleitor do Futuro para o ano de 2015 a convite do Des. Eleitoral Ronnie Preuss Duarte, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TER/PE, para ministrar palestra para alunos de escolas públicas e particulares, na faixa etária de 14 a 17 anos, a realizar-se em Recife/PE.
RQM nº 49, de 2015	Magno Malta	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 50, de 2015	Gladson Cameli	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 51, de 2015	Gleisi Hoffmann	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 52, de 2015	Zeze Perrella	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 53, de 2015	Roberto Rocha	40	De 14/03/2015 a 19/03/2015	Missão sem ônus - Visita Oficial aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) e à Reconstrução da Estação Antártica "Comandante Ferraz" (EACF), a convite do Comando da Marinha do Brasil.
RQM nº 54, de 2015	Jorge Viana	13	11/03/2015	Acompanhar a Presidente Dilma Rousseff em missão em Rio Branco/AC, para verificar o estado de calamidade pública, decorrente de mais grave enchente da história do Estado.
RQM nº 55, de 2015	Wellington Fagundes	13	12/03/2015	Participar, na cidade do Rio de Janeiro, a convite da presidente da República, Dilma Rousseff, da inauguração do Porto do Futuro - Obras de expansão do Porto do Rio de Janeiro
RQM nº 56, de 2015	Douglas Cintra	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 57, de 2015	Ivo Cassol	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 58, de 2015	Fernando Ribello	13	12/03/2015	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz ^(13,41)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT ^(22,29)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz ^(3,32)</p> <p>Walter Pinheiro ^(31,34)</p> <p>Telmário Mota ^(4,30)</p> <p>José Pimentel ⁽³⁷⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa ^(22,29)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha ⁽³⁵⁾</p> <p>Walter Pinheiro ^(31,34)</p> <p>Lindbergh Farias ⁽³³⁾</p> <p>Fátima Bezerra ⁽³⁸⁾</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz ^(3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota ^(4,30)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira ^(16,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Ataídes Oliveira ⁽³⁶⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros ^(15,19,28)</p> <p>Vanessa Grazziotin ^(21,27)</p> <p>Randolfe Rodrigues ^(24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe ^(1,14)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros ^(15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues ^(24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin ^(21,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor ^(5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. O senador Omar Aziz está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 09/03/2015 a 13/03/2015.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) OMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4.
Senador Sérgio Petecão (PSD)	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia como membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o obj tivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Benedito de Lira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLB5D).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMD).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303- 3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Gladson Cameli (PP)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽¹⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
Senadora Angela Portela (RR)	
PSDB	
Senadora Lúcia Vânia (GO)	
PTB	
VAGO	
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	
PDT	
VAGO	
PSB	
Senadora Lídice da Mata (BA)	
DEM	
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (SE)	
PSOL	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Atualização: 06/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**5ª Designação:** 20/05/2014**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	SD
	VAGO
	PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Notas:

1. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 3 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Marinha Raupp - PMDB/RO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
VAGO	12. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designado, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 118, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.

6. Designado, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 96 páginas
(O.S. 10723/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

